

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

CELIANE DA ROCHA WITT VIEIRA

**O COMPORTAMENTO DOS VEREADORES DO PTB DURANTE A
RADICALIZAÇÃO POLÍTICA EM 1963**

Porto Alegre

2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

CELIANE DA ROCHA WITT VIEIRA

**O COMPORTAMENTO DOS VEREADORES DO PTB DURANTE A
RADICALIZAÇÃO POLÍTICA EM 1963**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura em História ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dra. Carla Brandalise

Porto Alegre

2011

Este trabalho faz parte da pesquisa *A experiência democrática no Rio Grande do Sul e a radicalização do PTB na década de 1960*, com a coordenação da Dra. Carla Brandalise e da Dra. Marlusa Marques Harres.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu marido, Alexandre, por todo o apoio e ajuda no decorrer deste Trabalho, e pela compreensão e amor com que ouvia minhas razões pela falta de tempo. Também agradeço à minha Orientadora, Profa. Dra. Carla Brandalise, que me aceitou e auxiliou sem hesitação para chegarmos ao resultado final.

RESUMO

O ano de 1963 aparece como um retrato do Pré-Golpe ocorrido em 1964, por esse motivo, ao analisar 63, podemos ter uma noção bem aproximada do clima vivenciado pela sociedade brasileira como um todo. Assim, através da análise dos *Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre*, verificamos o comportamento dos vereadores pertencentes ao Partido Trabalhista Brasileiro e sua conexão com a política nacional, estadual e municipal durante 1963. Além disso, por compreender esse ano como parte de uma fase democrática, com caráter representativo através do voto, e visto que o estudo se dava através do legislativo municipal da capital gaúcha, consideramos importante trabalhar o conceito de representação política utilizando diferentes autores. Assim sendo, nos é dada a oportunidade de entender um pouco do clima vivido no decorrer de 1963. As ameaças e denúncias de golpes, tanto vindos da esquerda quanto da direita, eram algo constante, sabia-se que tudo se encaminhava para um só destino, a tomada de poder de modo inconstitucional.

Palavras chave: Pré-Golpe – comportamento político – representação política

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1 CONCEITOS TEÓRICOS SOBRE A QUESTÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA.....	15
1.1 CRIAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO CASO BRASILEIRO.....	21
1.2 RIO GRANDE DO SUL EM FOCO.....	24
2 NOS ANAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE.....	30
2.1 DO INÍCIO DO ANO DE 1963... ATÉ O FIM.....	31
2.2 O PRIMEIRO ANO DO GOVERNADOR ILDO MENEGHETTI PARA OS VEREADORES DO PTB DE PORTO ALEGRE.....	36
2.3 PORTO ALEGRE: O ÚLTIMO ANO DE LOUREIRO DA SILVA E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS.....	40
2.4 A VISITA DE CARLOS LACERDA A PORTO ALEGRE E A AGITAÇÃO PROVOCADA.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
BIBLIOGRAFIA.....	55
ANEXOS.....	58

INTRODUÇÃO

Em meio a uma conjuntura de tensões políticas, pretendemos com o presente trabalho analisar de que maneira os vereadores integrantes do Partido Trabalhista Brasileiro, da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, da 4ª Legislatura, reagiram à conturbada situação política vigente no ano de 1963, o ano do Pré-Golpe. O recorte cronológico feito para este ano se deu pelo fato de que o ano de 1963 já aparece como um retrato do Pré-Golpe, por meio do qual poderíamos ter uma noção bem mais aproximada do clima vivenciado pela sociedade em geral. Citando o vereador petebista José César Mesquita, no dia quatro de outubro do ano estudado:

[...] Isto é a revolução. Isto é uma estrada de sangue que o Sr. João Goulart não quis cruzar na época da Legalidade. Vai mudar apenas da época para cá, apenas o nome de alguns cadáveres, mas não tudo.¹

A partir do dia 25 de agosto de 1961, o Brasil passou a vivenciar um período de extrema agitação e tensão política, era a renúncia do Presidente Jânio Quadros. Jânio, ex-governador do estado de São Paulo, candidato pelo Partido Trabalhista Nacional e apoiado pela União Democrática Nacional, tinha em seu discurso moralizador um tom messiânico.² Com uma carreira “fulminante”, é considerado o maior fenômeno eleitoral no período de 1945 até 1964.³ De acordo com a legislação vigente na época, era possível a votação separada para Presidente da República e vice-Presidente. Jânio Quadros foi eleito Presidente nas eleições de três de outubro

¹ *Anais da Câmara Municipal*, vol. VIII/1963, p. 37.

² FELIZARDO, Joaquim J. **A legalidade: último levante gaúcho**. 4 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 17.

³ LABAKI, Amir. **1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 27.

de 1960, na qual obteve 48% dos votos. Os resultados para vice-Presidente deram a João Goulart, candidato pelo Partido Trabalhista Brasileiro, a vitória apertada com 4.547.010 votos, sobre o segundo colocado, Milton Campos, candidato da UDN, que obteve 4.237.719 votos.⁴ Logo, tínhamos um Presidente eleito pelo PTN e UDN e um vice-Presidente pelo PTB, tradições totalmente opostas, mas possíveis perante a legislação.

A estratégia de Jânio Quadros era se colocar “acima dos partidos”,⁵ dessa forma, Carlos Frederico Werneck de Lacerda, governador do estado da Guanabara e um dos principais líderes udenistas, viu que Jânio na presidência não significava a UDN no poder. Vendo a impossibilidade de controle direto sobre o novo Presidente, Carlos Lacerda busca derrubá-lo.⁶ Citando Labaki: “*Não tardariam as reclamações da nau dos udenistas insatisfeitos. Na proa, o governador Carlos Lacerda.*”⁷

Thomas E. Skidmore chama Carlos Lacerda de “*the master of political invective*”.⁸ Na noite do dia 24 de agosto de 1961, Lacerda alega que Oscar Pedroso D’Horta, Ministro da Justiça, planejava um golpe e naquela noite lhe foi feito o convite para sua participação nele. A partir desse momento o governador da Guanabara passa a se identificar como um nacionalista,⁹ em favor da população brasileira.

A renúncia de Jânio Quadros acontece na manhã do dia 25 de agosto. O vice-Presidente João Goulart chefiava uma missão comercial brasileira na China, a convite do próprio Jânio Quadros, ainda Presidente, em junho de 1961.¹⁰ A resistência à posse de João Goulart veio dos grupos militares representados pelo Ministério do Exército – marechal Odílio Denys, Ministério da Aeronáutica – brigadeiro Gabriel Grum Moss, Ministério da Marinha – almirante Sílvio Heck,¹¹ e da

⁴ FELIZARDO, 2003, p. 18.

⁵ LABAKI, 1986, p. 27.

⁶ FELIZARDO, 2003, p. 21.

⁷ LABAKI, 1986, p. 37.

⁸ SKIDMORE, Thomas E. *Politics in Brazil 1930-1964: an experiment in democracy*. New York: Oxford, 1967. p. 124. Tradução livre da autora: “o Mestre da injúria política.”

⁹ SKIDMORE, 1967, p. 201.

¹⁰ Foram três missões comerciais: Albânia, Bulgária, Romênia, Iugoslávia e Hungria (João Dantas); URSS (Leão de Moura); e China (João Goulart). LABAKI, 1986, p. 35.

¹¹ LABAKI, 1986, p. 31.

ala conservadora, liderada pelo udenista Carlos Lacerda,¹² que resultou em um movimento, iniciado no Rio Grande do Sul, chamado Legalidade.

Esse movimento tratava da luta para o cumprimento da Constituição brasileira, a qual declarava legal a posse do vice-Presidente João Goulart, eleito nas eleições de 1959 pelo Partido Trabalhista Brasileiro, como novo Presidente da República. O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, também eleito pelo PTB, colaborou sobremaneira para a posse de Goulart, declarando que, apesar da tentativa de deposição, o estado gaúcho seria seu suporte.

Inicia-se assim a Legalidade. João Goulart sabia que na tentativa de regressar à capital federal seria preso.¹³ Desembarcando no Uruguai e viajando até o Rio Grande do Sul¹⁴ conseguiu a base de que necessitava. No dia cinco de setembro de 1961 Goulart chega a Brasília, e no dia sete presta juramento perante o Congresso. Porém, três dias antes de sua chegada à capital, é aprovada uma emenda declarando o regime Parlamentarista em vigor no país. O presidencialismo apenas voltará a vigorar no Brasil em 23 de janeiro de 1963, quando é revogado o Ato Adicional nº 04.¹⁵

O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, foi eleito em 1958 pelo PTB. Em seu discurso de posse, 31 de janeiro de 1959, ele trata de três tópicos: (1) o elogio ao sistema democrático-representativo e das eleições livres como forma de escolha e legitimação do exercício da autoridade pelo povo; (2) o apelo ao Criador para a execução das ações, ao lado do convite à “concordia”; (3) e o compromisso de governar de acordo com o programa e a serviço do povo.¹⁶

Mercedes Cánepa propõe a divisão do Governo Brizola em dois grandes períodos. O primeiro, desde sua posse até a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961: nesse período Brizola toma consciência da crise econômica do estado e busca interpretar suas causas, além de elaborar um plano de emergência e redefinir seu programa de governo. O segundo é identificado após agosto de 1961 até janeiro de 1963: posterior à campanha da Legalidade liderada pelo governador. Quando

¹² FELIZARDO, 2003, p. 21.

¹³ RYFF, Raul. **O fazendeiro Jango no governo**. Rio de Janeiro: Avenir, 1979. p. 7-9.

¹⁴ FELIZARDO, 2003, p. 66.

¹⁵ CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e representação política: articulação dos níveis estadual e nacional no RS (1945-1965)**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 390.

¹⁶ Idem, p. 263.

Leonel Brizola ganha certa projeção nacional, passando a competir pela liderança do PTB em âmbito nacional, e investindo numa radicalização política.¹⁷

O ano de 1962 é o último ano do governo Brizola no Rio Grande do Sul. Pode-se dizer que esse foi o momento da radicalização política, apesar de dar continuidade aos projetos e propósitos definidos nos primeiros anos de seu mandato. Brizola sofre uma inflexão importante: padece com mais críticas vindas da oposição e, ao mesmo tempo, sentindo o apoio de sua projeção nacional, adota uma maior radicalização sobre algumas posições políticas anteriormente mais atenuadas.¹⁸ As eleições do final de 1962 demonstrarão o resultado desse processo do líder petebista: Ildo Meneghetti vence as eleições, pela oposição, e é eleito o novo governador do estado gaúcho, assumindo o governo em janeiro de 1963.¹⁹

Posto isto, voltemos ao nosso objetivo central: o comportamento dos vereadores do PTB no Pré-Golpe. Para tal análise foram utilizadas como fontes primárias as Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, da 4ª Legislatura, no ano de 1963, encontradas nos Anais da Câmara do Volume I ao Volume X. A leitura das Sessões, realizadas de janeiro até dezembro de 1963, foi focada nos vereadores petebistas. Assim, seus posicionamentos sobre os aspectos políticos da vida municipal, estadual e nacional estiveram contemplados nesta análise. Em alguns momentos, por consequência de debates mais entusiásticos, pareceu-nos importante registrar opiniões de vereadores de outros partidos. No entanto, em nenhum momento, perdemos o foco dos vereadores do PTB, nosso objeto de pesquisa.

Visto que nosso corte cronológico é o ano de 1963, uma fase democrática e representativa através do voto, e que analisaremos o legislativo municipal da capital gaúcha, consideramos importante trabalhar o conceito de representação política. Benevides²⁰ traz a representação como uma correção à democracia direta “pura”, no sentido revolucionário. Por exemplo, durante a Revolução Gloriosa (1640-1688), o regime político inglês apenas se estabilizou quando foi institucionalizada a soberania parlamentar contra as ameaças de anarquia e guerra civil. Somente os

¹⁷ Idem, p. 262.

¹⁸ Idem, p. 280.

¹⁹ Abordaremos esse assunto com mais profundidade no capítulo 2.

²⁰ BENEVIDES, Maria V. de Mesquita. **A cidadania ativa, referendo, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo: Ática, 1998. p. 64.

representantes eleitos pelo povo, e reunidos no Parlamento, poderiam exprimir uma vontade política vinculante.

Os vereadores do PTB, em diversas ocasiões se reconhecem como representantes da população, ou ainda como defensores da população como um todo ou parte dela:

[...] a fim de que todos saibam que fomos eleitos para defender a nossa classe, e não para defender interesses de terceiros ou quartos. [...] E eu continuarei nesta minha mesma posição, porque acho que estou andando certo, defendendo os meus companheiros que já me elegeram pela quarta vez consecutiva. E, se não fôsse esta minha posição que tenho tomado sempre, não teriam me elegido. É para isso que estou aqui. E continuarei sempre nesta mesma linha de combate.²¹

No caso da representação política quando, por meio de uma eleição, se elege um representante, acaba por abranger as preferências de um grupo. Todavia, essa decisão é tomada apenas quando operada com as preferências individuais, sendo essas preferências consideradas como ideais, a decisão será o resultado ideal dos interesses do próprio grupo. Neste ponto podemos entrar, rapidamente, na questão da “vontade geral” e a “vontade de todos”. Na distinção feita por Rousseau, a primeira considera apenas o bem comum, já a “vontade de todos” se prende ao interesse privado, essa nada mais é do que a soma das vontades particulares.²²

Um dos vereadores da Câmara Municipal de Porto Alegre na 4ª Legislatura, César Mesquita, integrante do Partido Trabalhista Brasileiro, aparece nos Anais da Câmara como um ativo e “grande líder sindical”, ou seja, ele representava, com certa propriedade, a vontade e os interesses de um grupo específico por estar inserido neste grupo. Mesquita defendia o direito de se sindicalizar e falava em favor dos trabalhadores em seus discursos.²³

Para uma representação ser perfeita ela deve ser justa, logo, se o representante (de uma pessoa ou instituição) reflete, em todos os sentidos, as

²¹ Vereador José César Mesquita, *Anais da Câmara Municipal*, vol. VI/1963, p. 130.

²² ROUSSEAU, Jean. Jacques. **O Contrato Social**. Porto Alegre: L&PM, 2009, Livro II Cap. III. p. 45.

²³ *Anais da Câmara Municipal*, vol. VI/1963, p. 145.

preferências ideais dos membros, no final, essa representação será “mais que justa” para alguns e, provavelmente, injusta para outros integrantes deste mesmo grupo.²⁴

These identically judging groups would be the “communities[s] of interest and sympathy in feelings and desires” of Burke's theory; and fair representation of society as a whole would require only that the ideal preferences of each group be given the power in actual decisions that the agreed social decision function attributed to it.²⁵

É possível identificar essa discussão sobre a representação política já nos discursos de Rousseau. Em seu livro *O Contrato Social*, de 1762, ele traz a problematização da representação no sentido de que, o povo, por ser soberano, não pode ser representado:

A Soberania não pode ser representada pela mesma razão que não pode ser alienada; ela consiste essencialmente na vontade geral, e a vontade não se representa: ela é a mesma ou é outra, não há meio-termo. Os deputados do povo, portanto, não são nem podem ser seus representantes, são apenas comissários; [...] O povo inglês pensa ser livre; está muito enganado, pois só o é durante a eleição dos membros do parlamento; tão logo estes são eleitos, ele é escravo, é nada.²⁶

E ainda:

Não sendo a lei senão a declaração da vontade geral, é claro que no poder legislativo o Povo não pode ser representado; contudo, ele pode e deve sê-lo no poder executivo, que é a força aplicada à lei. [...] Seja como for, é certo que os tribunos, não tendo participação alguma no poder executivo, nunca puderam representar o povo romano pelos direitos de seus cargos...²⁷

²⁴ ROGOWSKI, Ronald. *Representation in Political Theory and in Law*. Ethics, vol. 91, April 1981. p. 399.

²⁵ Idem, p. 402. Tradução livre da autora: “Estes grupos julgadores idênticos seriam a(s) “comunhão(ões) de interesse e simpatia de sentimentos e desejos” da teoria de Burke; e a representação justa, da sociedade como um todo, exigiria apenas que as preferências ideais de cada grupo recebam o poder nas decisões reais que a concordância da decisão social lhe atribui”.

²⁶ Idem, p. 107.

²⁷ Idem, p. 108.

Dessa forma, segundo Rousseau, a única maneira do povo ser representado não seria através do legislativo, e sim, do poder executivo, que aplica a lei, ou seja, executa a vontade do povo – a vontade geral.

Mais adiante demonstra que, para ele, a modernidade não é algo positivo:

A ideia de Representantes é moderna: ela nos vem do governo feudal, desse iníquo e absurdo governo no qual a espécie humana se degrada e o termo homem é desonrado. Nas antigas repúblicas, e mesmo nas monarquias, o Povo nunca teve representantes, não se conhecia essa palavra.²⁸

A representação desejada por Rousseau é a que dominou durante a Idade Média, assim, a doutrina medieval teve a intenção de estabelecer uma ponte entre poder nominal e o exercício do poder, através da ilusão da representação. Sendo desse modo, uma ilusão e não uma transferência de poder.²⁹

Uma série de pesquisas realizadas pelo IBOPE de 1948 até 1964 demonstram uma expressiva elevação no grau de identificação dos eleitores com partidos políticos. Isso demonstra que o conceito rousseauiano não pode ser totalmente aplicado à realidade política brasileira. No ano de 1964, ano do Golpe Militar, a média nacional chegava a 64% de identificação, e em capitais como Rio de Janeiro e Porto Alegre o número de pessoas que expressavam preferência partidária chegava a 80%.³⁰

O entender a definição de nação como algo interior do indivíduo torna possível a compreensão de que o estado, possuindo um “conteúdo humano”, está intimamente ligado ao indivíduo. Assim, o estado influenciaria o indivíduo através de um objetivo coletivo que seria o de todo o grupo nacional. Entretanto, a vontade popular estava desvinculada dos instrumentos políticos de representação liberal, neste caso, os partidos, assim como da própria ideia liberal de representação, a qual é fundada na participação pelo voto. Getúlio Vargas vai unir, em relação direta, a

²⁸ Idem, p. 107.

²⁹ JACKISCH, Carlota. *Los Sistemas Electorales, sus características y consecuencias políticas: el caso argentino*. Buenos Aires: Konrad Adenauer Stiftung A. C., 199. p. 25.

³⁰ CÁNEPA, 2005, p. 388.

representação de interesses e a representação simbólica, através do líder-massa que seria capaz de exprimir a vontade popular.³¹

Para Regis Andrade, no Brasil têm prevalecido duas modalidades de representação.³² A representação simbólica, eletiva ou não, própria de situações em que um grande líder encarna o povo, como Vargas, ou em que um governo militar encarna uma nação do futuro e pretende legitimar-se *a posteriori*, como no Golpe Militar de 1964. A outra forma seria uma variação do conceito de representação política liberal, caracterizada pelo mandato livre, no qual quem é representado é a cidadania, ou ainda, o “eleitorado” anônimo e crédulo a quem não se deve nada além de promessas pré-eleitorais.

Assim, no primeiro capítulo deste trabalho será realizada uma análise do conceito de representação política por diversos autores, para posteriormente, situar a representação política no contexto do Brasil e do Rio Grande do Sul. Tal conceitualização é importante para possibilitar uma compreensão de que, através dos representantes escolhidos pela maioria do povo, podemos identificar posicionamentos que refletem o que a sociedade, em geral, vivencia e almeja. Como Maria Benevides comenta:

A representação é, sem dúvida, fator de ordem e de estabilidade. Mas uma sociedade bem constituída não é apenas ordem e estabilidade. É, também, justiça e equidade. Os mecanismos de participação popular revigoram as instituições representativas, já anquilosadas, empedernidas; fazem passar o sopro das aspirações populares, paralelamente – ou mesmo contra – à vontade e “à consciência” dos representantes.³³

No segundo capítulo, veremos um aprofundamento no exame dos dados empíricos obtidos através da pesquisa realizada nos Anais da Câmara Municipal, em 1963. A divisão dentro do capítulo foi estabelecida de acordo com a frequência com que determinados assuntos eram trazidos pelos vereadores. Por exemplo, a vinda ao Rio Grande do Sul do governador da Guanabara, o udenista Carlos Lacerda, tornou-se uma constante em várias sessões, dessa forma, achamos que seria

³¹ GOMES, Ângela Maria de Castro. ***A Invenção do Trabalhismo***. 3 ed. Rio de Janeiro: FVG, 2005. p. 208.

³² ANDRADE, Regis de Castro. Pacto Democrático, negociação e autoridade. ***Revista Lua Nova***, 4 (2).abri./jun. 1988. p. 22.

³³ BENEVIDES, 1998, p. 66.

interessante acrescentar esse tópico ao trabalho. A ordem desses subcapítulos, dentro do Capítulo 2, foi estabelecida partindo do âmbito nacional, passando pelo estadual e chegando ao âmbito municipal. Além do subcapítulo mais específico relacionado à visita de Carlos Lacerda ao Rio Grande do Sul.

Enfim, pretendemos demonstrar como foi o comportamento dos vereadores do município de Porto Alegre pertencentes ao Partido Trabalhista Brasileiro, dentro do contexto político analisado e focando no ano de 1963, o retrato do Golpe Militar no Brasil.

1 CONCEITOS TEÓRICOS SOBRE A QUESTÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

O cenário político, de certa maneira, é algo bem complexo. Para uma maior compreensão de que, através dos representantes escolhidos pela população, podemos identificar posicionamentos que refletem o que a sociedade, como um todo, está vivenciando e ansiando, é preciso estabelecer qual é o tipo de representação política que este vínculo representa. Assim, torna-se necessária a análise de diferentes opiniões para chegarmos a um denominador comum, ou, pelo menos, tentarmos nos aproximar dele.

Vários autores trabalharam o conceito de representação política. Aqui, apontaremos, de maneira breve, alguns deles, juntamente com suas teorias. Esta análise está relacionada com a proposta de conceitualização de representação política no decorrer deste primeiro capítulo.

O significado de representação política foi desenvolvido por Hanna Pitkin em seu livro *The Concept of Representation*, quando ela coloca que representação possui, de fato, um sentido de identificação.³⁴ Para isso, a autora utiliza quatro concepções básicas no uso desse conceito.

A *concepção formalista* expressa duas diferentes correntes. A primeira se baseia nas reflexões de Hobbes (“autorização” – origem – dos mandatos ou nas formas de legitimidade dos atos de investidura da atualidade). A segunda é baseada na “responsabilidade” – término – da parte dos representantes. Por seus critérios de definição residirem “fora” da atividade de representação em si mesma, tanto a primeira quanto a segunda corrente são consideradas formalísticas.

A *concepção descritiva* poderia ser simplificada como “estar no lugar de”. Dentre as várias visões no âmbito desta perspectiva, podemos dizer que ela abre caminho ao “substitutivismo” na relação representante-representado, dessa maneira, na medida em que o corpo legislativo constitui uma “réplica perfeita” da nação, pode “substituí-la” em seus atos.

³⁴ PITKIN, Hanna. *The Concept of Representation*. Berkeley and Los Angeles: University of California, 1972. p. 08.

Como terceira forma de representação localizamos a *concepção simbólica*. Normalmente associada a objetos inanimados, como a bandeira, os quais seriam capazes de “evocar” um conjunto variado de sentimentos. Seu significado vai além dele mesmo e, assim, esse tipo de representação se baseia muito mais na manipulação dos aspectos afetivos e emocionais do que num processo racional, além do processo de criação desses símbolos também ter sua importância.

Há, ainda, uma última concepção: a *atuação*, que transmite a noção de “agir por”. Essa representação, por atividade, contempla a conexão entre representante e representado em toda a extensão do mandato, incluindo conteúdo (“o que” representa) e forma (“como” representa) de representação. Para clarificar um pouco essa concepção, utilizamos uma colocação do vereador Jorge Achutti do Partido Trabalhista Brasileiro encontrada nos Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: “*nós, como fiscais do povo, que temos que defender os seus interesses*”,³⁵ ou seja, os vereadores atuando em nome do povo, sendo seus representantes e defendendo suas preocupações.

A autora concluiu, no entanto, que nenhuma das noções como “agir no lugar” (substituição), “agir no interesse” (ideia de “cuidado”) ou “agir sob instruções” (subordinação) poderiam ser tomadas isoladamente, não abrangendo a ideia de atuação na sua plenitude. Portanto, nenhuma das quatro concepções brevemente analisadas consegue, quando utilizada isoladamente, definir a complexidade dos fenômenos concretos envolvidos pelo conceito de representação. Ao mesmo tempo, apesar de relacionadas, elas não podem ser vistas como “intercambiáveis”.³⁶ Para determinada situação deve-se considerar qual seria a mais apropriada, podendo criar uma relação, um elo entre duas concepções, mas não a união permanente entre ambas.

Pitkin diz ainda que alguns aspectos políticos podem ser interpretados de acordo com diferentes pontos de vista:

Each of the various views or representation makes some sense when applied to political life, and certain aspects of political life lend themselves to interpretation by each point of the views. [...] Under other conditions, in other

³⁵ *Anais da Câmara Municipal*, vol. II/1963, p. 168.

³⁶ CÁNEPA, 2005, p. 55.

contexts, representing as a substantive activity will seem the very essence of what is going on politically.³⁷

Através da utilização das reflexões de Burke³⁸ sobre representação, como algo “acima” dos interesses particulares, e os elementos formadores da Teoria Liberal da representação de interesses, a autora define a representação política como um “agir de fato por outros” (*substantive acting for others*). Seria uma atuação de acordo com o interesse do representado, na qual o representante age de maneira independente e com capacidade para isso, sendo ele o que atua de fato. Todavia, o representante deve atender aos desejos do representado, quando isso não acontece o representante deve ter uma boa razão e explicar o motivo de determinada decisão/ação visando evitar conflitos entre ambos.

Para Carlota Jackisch, a concepção de Burke demonstra que o mandato representativo significa que os representantes estão livres de influência, sendo plenamente independentes dos eleitores ou do corpo eleitoral que os designou.³⁹ No entanto, a opinião dos eleitores deve ser respeitada, assim como a opinião do próprio representante, sendo a última a mais importante nos momentos de decisão.⁴⁰

Parece ser evidente o fato de Burke visualizar a representação como interesse de um grupo. O sistema proporcional, o mesmo utilizado no Brasil, seria a melhor maneira de trabalhar com os interesses desse grupo identificado pelo voto, até porque não se trata de algo individual, e sim, o ato de representar a coletividade:

Parliament is not a *congress* of Ambassadors from different and hostile interests; which interests each must maintain, as an agent and advocate, against other agents and advocates; but parliament is a *deliberative* assembly of *one* nation, with *one* Interest, that of the whole...⁴¹

³⁷ PITKIN, 1972, p. 225-6. Tradução livre da autora: “Cada um dos vários pontos de vista ou representação fazem algum sentido quando aplicados à vida política, e certos aspectos da vida política se prestam à interpretação da parte de cada ponto de vista. [...] Sob outras condições, em outros contextos, representar sendo a real atividade parecerá ser a própria essência do que está acontecendo politicamente.”

³⁸ Para maiores detalhes sobre a concepção de Burke sobre representação, analisar seu discurso, quando eleito representante de Bristol no Parlamento, em novembro de 1774: BURKE, Edmund. **Speeches and letters on American Affairs**. Londres: J.M. Dent & Sons, 1908. p. 68-75.

³⁹ JACKISCH, 1993, p. 23.

⁴⁰ Idem, p. 30.

⁴¹ BURKE, 1908, p. 73. Tradução livre da autora: “O Parlamento não é um *congresso* de Embaixadores com interesses diferentes e hostis; cujos interesses cada um mantém como um agente

Ainda, segundo Carlota Jackisch, há três significados de representação política, completamente diferentes entre si. O primeiro traz a ideia de mandato ou instrução; semelhança ou afinidade seria o segundo e, finalmente, o terceiro com a ideia de responsabilidade ou obrigação.

El primer significado está estrechamente ligado al derecho privado y pertenece al contexto de la representación jurídica; el representante es delegado o mandatario. El segundo se acerca más a la perspectiva sociológica, donde la representación tiene la connotación de afinidad o semejanza. El representante, en este caso, posee o encarna ciertos rasgos o características en algún sentido relevantes para su base electoral. El tercer significado, es decir, la idea de responsabilidad, se relaciona estrechamente con el gobierno representativo.⁴²

Os principais instrumentos para alcançar a representação política são os sistemas eleitorais. Entretanto, o vínculo entre representantes e representados não é imediato. Os partidos políticos executam esse papel intermediário na relação entre os representantes (eleitos) e os representados, atuando como um terceiro ator no cenário político.⁴³ Se pensarmos no caso de Vargas, ainda em 1945, essa afirmação provavelmente não se aplica, isso porque a massa trabalhadora identificava Getúlio Vargas como seu representante direto, os partidos vieram apenas institucionalizar o vínculo pré-existente e, até mesmo em 1950, quando os partidos já haviam assumido posições distintas, o Partido Trabalhista Brasileiro continuava sendo apenas o reflexo de Vargas para muitos cidadãos.

Outra análise que problematiza o conceito de representação política é realizada por Ronald Rogowski. O autor inicia seu artigo com a proposta de descobrir o que, basicamente, queremos dizer com “ser representado” ou “representação”.⁴⁴ Ronald Rogowski afirma que a palavra “representação” pode, assim como várias outras palavras, descrever diferentes comportamentos em circunstâncias diversas. Contudo, sempre mantendo uma única linha de definição. Por exemplo, se uma pessoa é representada por outra, a primeira espera que a

e advogado, contra outros agentes e advogados; mas o Parlamento é a assembleia *deliberativa* de *uma* nação, com *um* interesse, o qual é o de todos...”

⁴² JACKISCH, 1993, p. 19-20.

⁴³ Idem, p. 28.

⁴⁴ ROGOWSKI, 1981, p. 395.

segunda a represente da melhor maneira possível, de um modo ideal. Isso é o que Ronald Rogowski explica com a seguinte analogia: “*guardiões ou interventores representam, na melhor das hipóteses, crianças, idiotas, ou árvores, e não os próprios idiotas ou as próprias árvores*”.⁴⁵

Ao pensarmos em representantes, devemos ter em mente que se uma pessoa pode representar todos os interesses de uma sociedade, o alerta de um sistema autoritário soa aos nossos ouvidos. Quando apenas um representante possui a capacidade, ou habilitação, de interpretar sobre o bem-estar do todo, remetemos a Napoleão ou, alguém mais contemporâneo, como Hitler.

Outro modo de representação seria a não-representação. Isso se dá na medida em que um grupo não é capaz de fazer julgamentos adequados:

If [...] are constitutionally incapable of knowing their own ideal preference in any case, they are incapable of individual judgment; and, like cattle or rocks, they cannot be represented.⁴⁶

De acordo com a teoria liberal, não existem “preferências ideais”. Afinal, cada pessoa é um sujeito, o qual está apto para julgar o que é melhor para si próprio. Dessa forma, não existe uma correspondência automática das “preferências ideais” entre o representante e o representado.⁴⁷ Utilizando novamente o exemplo do vereador César Mesquita (PTB), seria possível questionar até que ponto, conforme a teoria liberal, não pode existir essa correspondência. Um representante que faz parte do mesmo grupo que seus representados⁴⁸ poderia, possivelmente, ter as mesmas “preferências ideais”.

Os sistemas de eleições proporcionais são vistos como a maior chance de estabilidade na representação. Muito maior que nas eleições majoritárias, as quais não garantem uma representação acurada, a representação proporcional pode

⁴⁵ Idem, p. 397. Texto original: “guardians or interveners represent at best the interests of infants, idiots, or trees, and not the idiots or the trees themselves.”

⁴⁶ Idem, p. 403. Tradução livre da autora: “Se [...] são constitucionalmente incapazes de saber suas próprias preferências ideais em qualquer acontecimento, eles são incapazes de um julgamento apropriado; e, como um rebanho ou pedras, eles não podem ser representados”.

⁴⁷ Idem, p. 402.

⁴⁸ Não queremos dizer aqui que apenas os trabalhadores sindicalizados votaram no vereador Mesquita (PTB), apenas que, provavelmente, sua maior votação está entre os trabalhadores sindicalizados.

conter uma possibilidade de posições que, de fato, representem os interesses dos representados. Por esse motivo, segundo Rogowski, para uma justa representação, devemos exigir um sistema eleitoral proporcional,⁴⁹ assim como usamos no Brasil para a escolha dos representantes ao Legislativo federal, estadual e municipal.

Finalizando, queremos ainda considerar que, se o método da eleição produz um resultado não-representativo, fica claro que o processo eleitoral não é representativo, mesmo que ele se classifique ou se considere como tal.⁵⁰ O sistema partidário não reproduzia, num primeiro momento, totalmente as clivagens da sociedade, os partidos eram frágeis enquanto canais de representação. Em certa medida e com o passar do tempo, passaram a representar parcela dos grupos sociais e suas demandas.

Maria Kinzo coloca que, no período de 1945 até 1964, esse sistema não chegou a criar raízes suficientes para se institucionalizar e cunhar sua identidade institucional como conduto de representação e de expressão de demandas da sociedade.⁵¹ No entanto, podemos identificar a preocupação da representação dos trabalhadores, uma das camadas da sociedade, quando analisamos o programa do Partido Trabalhista Brasileiro:

São fundamentais para o Partido, os seguintes princípios e objetivos:

[...]

3º - Representação política dos trabalhadores por legítimos trabalhadores.

[...]

9º - Desenvolvimento e prestígio do movimento trabalhista, com maior autonomia para as entidades sindicais.

10º - Ampliação da representação das classes, sem preponderância de qualquer delas, em todos os órgãos que interessem ao Trabalho e ao Capital.

[...]

21º - Desenvolvimento do movimento cooperativista. [...]⁵²

Uma conceitualização de representação especificamente adequada ao cenário político brasileiro se torna difícil em função da maneira como os partidos políticos foram elaborados em 1945. Porém, a utilização do conceito de Ronald

⁴⁹ ROGOWSKI, 1981, p. 411.

⁵⁰ FISHKIN, James S. *Introduction to the Symposium*. Ethics, vol. 91, April 1981. p. 354-5.

⁵¹ KINZO, Maria D'Alva Gil. Desenvolvimentos recentes do sistema partidário brasileiro. IN: **A Projeção do Brasil face ao século XXI: anais do IV Simpósio Brasil-Alemanha**. Debates, N. 16. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 1998. p. 95-6.

⁵² Arquivo Getúlio Vargas – GV- 45000/1 – FGV-CPDOC-RJ.

Rogowski retratada na eleição de um representante que abrange as preferências de um grupo, preferências essas formadas a partir das preferências individuais na busca por “preferências ideais”, é aplicável ao nosso contexto.⁵³

Do mesmo modo, podemos visualizar⁵⁴ a concepção de atuação de Hannah Pitkin muito incutida na mentalidade de nossos representantes políticos.⁵⁵ E finalmente, Edmund Burke, explica que quando um representante sustenta os interesses de um todo, ele deixa, desse modo, de representar particularmente um eleitor caso isso implique numa oposição ao bem-estar geral.⁵⁶ É a analogia de Ronald Rogowski: apenas por estar representando árvores, não se pode pensar como árvores,⁵⁷ procura-se o modo ideal, a melhor maneira de representação possível. Seria a visualização da “pintura inteira”, e não apenas do ângulo inferior.

1.1 CRIAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO CASO BRASILEIRO

Ainda que pensemos que a criação dos partidos políticos, elaborados em 1945, tenha sido adversa a uma representação efetiva das forças sociais, elas se organizaram num segundo momento e num processo inverso, de “cima para baixo”, se fizeram representar.⁵⁸ Seria uma “transição pelo alto” como define Vianna⁵⁹, na qual se encontrava a possibilidade de aproveitar as pressões de liberação do regime, sem abrir mão da forma corporativa dos aparatos estatais que conduziam o processo de modernização no Brasil. Com o passar do tempo essa representatividade cresce no cenário brasileiro possibilitando uma adesão social, o que nos permite questionar um pouco esses posicionamentos mais tradicionais.

O Partido Trabalhista Brasileiro fora projetado como instância essencial para Getúlio Vargas agir. Este seria a ligação numa cadeia de atos que visavam

⁵³ ROGOWSKI, 1981, p. 397.

⁵⁴ Ao analisar os Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, em várias situações eles se identificam como “representantes do povo porto-alegrense”, por exemplo.

⁵⁵ CÂNEPA, 2005, p. 53.

⁵⁶ WEFFORT, Francisco C. (Org.). *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 2006. v. 2. p. 29.

⁵⁷ ROGOWSKI, 1981, p. 397.

⁵⁸ CÂNEPA, 2005, p. 66. Ver também: LAMOUNIER, Bolivar; MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática, o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 39.

⁵⁹ VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 247.

possibilitar a manutenção do antigo (corporativismo e controle) no novo (liberalização política). Seria um grande e único partido que conquistaria a simpatia dos políticos do regime, das novas lideranças e das massas sindicais.

No entanto, a bipolarização que resultou na criação de dois partidos ao invés de um, o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Social Democrata, nasceu como resultado da frustração desse projeto de partido único das massas que vinha sendo acalentado pelo Estado Novo.

Certamente, segundo Ângela Gomes, o PTB foi criado como sendo a melhor opção partidária para o trabalhador brasileiro.⁶⁰ Teria sido o próprio Vargas que orientara os organizadores do novo partido para que dessem prioridade ao recrutamento de sindicalistas, de tal maneira, o partido teria seu caráter popular e sindicalista explicitamente declarado. Como consequência, seria facilmente inserido entre os setores populares urbanos e assumiria a posição de legítimo porta-voz desse grupo no “jogo da representação e das relações políticas”.⁶¹

Era a solução para a preservação dos segmentos, categorias e organizações de trabalhadores para as manobras de Vargas nesta nova ordem, assim, se evitava uma possível expansão comunista junto a esses setores.⁶² Além disso, mostrava-se como um novo instrumento de atuação para os trabalhadores e uma possibilidade de modificar a sociedade.

O Partido Trabalhista Brasileiro passava a ser um partido de ação dupla:

por fora do aparelho do Estado, desenvolvendo um forte programa de reivindicações por reformas sociais-econômicas, e por dentro das instituições estatais, pressionando para que o governo adotasse como norma administrativa a execução de programas e medidas relativos às reivindicações pleiteadas.⁶³

O fortalecimento dos vínculos desenvolvidos entre eleitores e principais partidos políticos pode ser analisado através de duas dimensões: a identificação partidária e a congruência entre preferência partidária e opção eleitoral.

⁶⁰ GOMES, 2005, p. 282.

⁶¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 75.

⁶² Idem, p. 33.

⁶³ Idem, p. 79.

Em meados de 1945 a silhueta do trabalhismo passa a apresentar-se como uma possibilidade de configuração de um partido. Tendo influência no Partido Trabalhista Britânico, o Partido Trabalhista Brasileiro ganha impulso com o movimento “Queremista” de 1945.⁶⁴ Segundo Ângela Gomes, “nascido *de e para* Vargas, ainda no Estado Novo, o PTB venceu as eleições de 1945 *com* Vargas.”⁶⁵

Obviamente Getúlio Vargas não foi a única inspiração para a formação do Partido Trabalhista Brasileiro, existem outros mentores mais independentes da sua influência e que foram extremamente importantes. O partido nasceu dentro do Ministério do Trabalho, dessa forma, podemos dizer que entre os primeiros e grandes articuladores do partido estão Alexandre Marcondes Filhos, na época Ministro do Trabalho, e Segadas Viana, seu assessor técnico. A eles teria sido dada a incumbência de elaborar a proposta de criação de um partido com base nas massas trabalhadoras, servindo de divisor de águas entre a extrema direita e extrema esquerda.⁶⁶ Assim sendo, o Ministério do Trabalho será uma das principais fontes de apoio ao PTB, existindo aí uma certa tradição relacionada ao cargo de Ministro do Trabalho: sempre seria ocupado por um político petebista.⁶⁷

Diante do que foi exposto acima, e da influência de Alberto Pasqualini, que via o Partido Trabalhista Brasileiro como uma possibilidade de modificar a sociedade em âmbito social e econômico – trabalhismo reformista,⁶⁸ é possível questionar a colocação de Thomas E. Skidmore quando ele traz o PTB como um partido que apenas serviria como mais um instrumento de controle de Vargas.

Instead of emerging as an independent party capable of producing its own cadre of leaders, it was exploited as simply another instrument at the service of Vargas' short-term coalition politics.⁶⁹

⁶⁴ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). ***O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Coleção *O Brasil Republicano*, vol. 3). p. 22-5.

⁶⁵ GOMES, 2005, p. 293.

⁶⁶ Idem, p. 271.

⁶⁷ DELGADO, 1989, p. 57.

⁶⁸ Idem, p. 69.

⁶⁹ SKIDMORE, 1967, p. 80. Tradução livre da autora: “Ao invés de emergir como um partido independente e capaz de produzir seu próprio grupo de líderes, foi explorado como qualquer outro instrumento a serviço da aliança política de curto prazo de Vargas.”

O sistema democrático-representativo operou com dificuldades, afinal, as antigas estruturas autoritárias persistiam ao longo de todo período democrático, o que contribuiu para retardar o processo de institucionalização do sistema partidário brasileiro.

Após quinze anos da sua formação o PTB já apresentava um perfil bem diferenciado daquele que lhe foi característico em sua origem. Com uma maior participação e um maior crescimento da máquina partidária, também ampliou sua influência junto aos trabalhadores, atingindo ao mesmo tempo a cadeia sindical e o aparelho do estado. Esse alcance só foi possível por consequência do controle administrativo do Ministério do Trabalho e organismos afins.⁷⁰

1.2 RIO GRANDE DO SUL EM FOCO

O Rio Grande do Sul possui um papel importante na análise da representação político-partidária, principalmente, até 1964. Podemos destacar alguns fatores que colaboram na compreensão desse destaque.

Primeiramente, sua importância na política nacional com líderes marcantes em tempos de crise, e uma relativa regularidade no comportamento eleitoral gaúcho. A tendência à polarização das preferências eleitorais num sistema “bipartidário de fato”⁷¹, no qual é nítido o domínio do trabalhismo, no meio legislativo, sobretudo em determinadas regiões urbanas do interior e na região metropolitana, onde a sua importância é consolidada, e o declínio de partidos conservadores liberais, é um exemplo desse comportamento regular. Já nas regiões de imigração italiana e alemã, a presença do PTB era bastante relativa. Houve um crescimento maior apenas durante a aliança temporária com o PRP.⁷²

⁷⁰ NOHLEM, Dieter. **Sistemas Electorales y Partidos Políticos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. p. 43.

⁷¹ TRINDADE, Hégio. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul (1950/1974). In: CARDOSO, Fernando H. e LAMOUNIER, Bolivar (org.). **Partidos políticos e eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 184.

⁷² TRINDADE, Hégio. Eleições e Partidos no Rio Grande do Sul: do Sistema Multipartidário à criação do Bipartidarismo (1950-1976). IN: FLEISCHER, DAVID (Org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UnB, 1981. 2 v. p. 218.

O que identificamos como sistema “bipartidário de fato”⁷³ se dá em função de que, em meio a um regime multipartidário, a configuração do quadro político gaúcho poderia ser resumida em dois blocos: PTB e anti-PTB.⁷⁴ Assim, existe uma fuga ao padrão brasileiro dominante, trazendo uma polarização para as forças políticas regionais.⁷⁵

Existem ainda as chamadas singularidades gaúchas. A emergência do Partido Trabalhista Brasileiro desde 1947 como a maior força política do estado será mantida até 1964, fazendo com que o Partido da Representação Popular, o Partido Social Democrático, a União Democrática Nacional (sem maior expressão no estado),⁷⁶ e o Partido Liberal, assumissem posturas de uma direita em contraposição às tendências à esquerda (esquerdismo) trabalhista.⁷⁷

A alternância que pode ser observada nas eleições para o governo estadual quando a oposição é sempre a vitoriosa é outro fator curioso. Nas eleições de 1962 vemos a disputa estadual como “todos contra o PTB”. A vitória de Ildo Meneghetti⁷⁸ contou com a participação de seis partidos (Partido Social Democrático, União Democrática Nacional, Partido Liberal, Partido Democrata Cristão, Partido da Representação Popular e Partido Social Progressista), além da forte coligação, a cisão interna do Partido Trabalhista Brasileiro, a qual originou o Movimento Trabalhista Renovador,⁷⁹ enfraqueceu o PTB e resultou na sua derrota nas urnas. Tal fato reproduz a dificuldade que o PTB encontrava em se consolidar como uma opção ao governo do estado e no governo da capital.

⁷³ Essa versão do “bipartidarismo de fato” é contestada por Tavares (1997), segundo Carine de Souza Leal em sua dissertação de Mestrado: *Quem faz a política no município? Perfil social e político dos vereadores do Rio grande do Sul (2004-2008)*. No entanto, não foi possível identificar e analisar a obra de Tavares porque ela não consta na bibliografia citada na dissertação.

⁷⁴ TRINDADE, 1981, p. 198-9.

⁷⁵ TRINDADE, HÉLGIO; NOLL, MARIA IZABEL. *Rio Grande da América do Sul, partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 1991. p. 68.

⁷⁶ A UDN gaúcha nunca chegou a atingir status de partido maior. CORTÉS, CARLOS E. *Política Gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007. p. 243.

⁷⁷ CÂNEPA, 2005, p. 70-1.

⁷⁸ Meneghetti já havia sido governador do Rio Grande do Sul de 1955 até 1958. Eleito através da coligação: Partido Social Democrata, União Democrática Nacional e Partido Liberal.

⁷⁹ Para mais detalhes sobre essa cisão do PTB, que resultou na formação do Movimento Trabalhista Renovador, ver: DELGADO, 1989, p. 212-6.

O “solidarismo” foi a maneira encontrada para distanciar esse novo partido, o PTB, do socialismo real e do “capitalismo individualista”. Era o representante do “novo” contra as velhas oligarquias.⁸⁰

Segundo Bodea,⁸¹ a formação do PTB rio-grandense⁸² contará com três vertentes. A primeira será a corrente *sindicalista*, a qual tem origem na ala sindicalista do Partido Social Democrata e que acaba rompendo com a cúpula após o distanciamento em função do movimento queremista. Assim as principais lideranças sindicais, como José Vecchio,⁸³ após o “consentimento” de Getúlio Vargas,⁸⁴ ingressam no PTB que estava sendo organizado por Paulo Baeta.

A segunda corrente será a ala da União Social Brasileira, *doutrinário-pasqualinista*, com ideias social-reformistas inspiradas no trabalhismo britânico e na social democracia europeia. Formada por intelectuais progressistas (bacharéis e profissionais liberais), se unem ao PTB após a assinatura do Termo de Compromisso Político entre o PTB e a USB, assinado por Silvio Sanson e Alberto Pasqualini, respectivamente PTB e USB.⁸⁵ Essa união é que dará uma conotação ao PTB regional de “partido de esquerda” e não apenas “partido popular” ou “legenda popular” como tendia a ser em outros centros do país. Em 1950 Pasqualini discursa sobre o que é de fato o trabalhismo brasileiro, dizendo que este não é socialista:

O trabalhismo brasileiro não visa à instituição de uma sociedade socialista. Admite o princípio da iniciativa privada, da propriedade e da exploração particular dos meios de produção, porém com as limitações que o bem público exige. Entende que há certas riquezas que, por envolverem um grande poder econômico e político e por constituírem a base do próprio desenvolvimento e da independência do país, devem ficar nas mãos do Estado.⁸⁶

⁸⁰ CÂNEPA, 2005, p. 117.

⁸¹ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992. p. 20-36.

⁸² Em Porto Alegre, José Vecchio é o responsável pela organização do PTB. No dia 14 de setembro de 1945, reunidas na Praça Parobé as principais lideranças sindicais oficialmente se desligam do PSD e assinam a ata de fundação do Partido Trabalhista Brasileiro. Ver: BODEA, 1992, p. 20-3.

⁸³ Responsável pela organização do PTB em Porto Alegre. BODEA, 1992, p. 22.

⁸⁴ CÂNEPA, 2005, p. 107.

⁸⁵ A União Social Brasileira foi criada em 21 de setembro de 1945 baseada nas ideias do advogado Alberto Pasqualini, oriundo do antigo PL. O termo é assinado no dia 31 de outubro de 1945, mas a USB só vai integrar o PTB de fato em 1946.

⁸⁶ Pasqualini, *Diário de Notícias*: 14/09/1950, p. 7.

Brizola em 1958, quando candidato ao governo do estado do Rio Grande do Sul, deixa clara a diferença entre trabalhismo e comunismo:

Entre outras, cumpre dizer que o trabalhismo é nacionalista, o comunismo é internacional; o comunismo é materialista, o trabalhismo se inspira na doutrina social cristã; o comunismo é a abolição da propriedade, o trabalhismo defende a propriedade dentro de um fim social; o comunismo escraviza o homem ao Estado e prescreve o regime de garantia do trabalho, o trabalhismo é a dignificação do trabalho e não tolera a exploração do homem pelo Estado, nem do homem pelo homem; o comunismo educa para formar uma sociedade de formigas, o trabalhismo educa para progresso, para a liberdade, para a elevação da pessoa humana. O comunismo existe onde pontifica o capitalismo reacionário e explorador e desaparece nas comunidades e países bem organizados sob o ponto de vista social e humano.⁸⁷

Há ainda uma terceira corrente: a *pragmático-getulista*. Essa ala ingressou no PTB após o pleito de dezembro de 1945, eram em sua maioria dissidentes do PSD, como José Loureiro da Silva. Porém, ganhará mais força após o embate entre Getúlio Vargas e o Governo Dutra. O ano de 1946 terá uma função organizativa real das três vertentes formadoras do Partido Trabalhista Brasileiro gaúcho.

No decorrer das análises do período de 1945 até 1964 fica evidente que no interior do PTB, a influência dos líderes sindicais, os quais originalmente fundaram o partido, vai diminuindo gradativamente. Ocorre de fato uma substituição quanto à direção partidária, ora por políticos mais convencionais (egressos do PSD), ora por intelectuais vindos da USB e por jovens ativistas da ala moça, entre eles Leonel Brizola e Fernando Ferrari.⁸⁸

Algumas peculiaridades sobre a consolidação de um sistema partidário e sua capacidade de representação são notadas no caso gaúcho. Essa dinâmica do sistema de representação político-partidário, tanto no plano “simbólico” quanto no nível da “atuação” concreta dos partidos, vai se alterando no decorrer de 1945 até 1964. Além disso, existe a pressão das forças sociais que buscam um canal de “expressão” política, e uma nova significação na configuração do sistema partidário que passa por cisões, alianças e recomposições. Essas expressam interesses que muitas vezes envolvem novas categorias, instituições sociais, que discutem ou buscam diferentes formas de inserção social.

⁸⁷ Leonel Brizola, *Correio do Povo*: 05/09/1958.

⁸⁸ BODEA, 1992, p. 60.

Devemos lembrar ainda, como algo essencial para a análise da relação representante-representado, a correspondência entre as ações e articulações das elites partidárias (alianças eleitorais e parlamentares, principalmente) e o comportamento do eleitorado. A relativa estabilidade, quando verificadas as votações nas eleições, sejam municipais ou da Câmara Federal, assim como para a Assembleia Legislativa, é algo maior que uma “fidelidade” partidária, ou ainda, uma lealdade partidária tradicionalmente gaúcha.⁸⁹ Seria muito mais uma forte *identificação partidária* do que “fidelidade”.⁹⁰

Em alguns momentos, ao estudar os Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, encontramos claramente os vereadores do Partido Trabalhista Brasileiro se identificando com representantes populares:

É muito natural que sejam homens públicos, os políticos com uma parcela de responsabilidade na representação popular, os primeiros a falar neste problema [Reforma Agrária]. Será que iriam falar aqueles que são proprietários de léguas e léguas de sesmaria improdutivas? É claro que não. Então se os homens públicos não levantarem isso sobre seus ombros quem vai fazer a população compreender a necessidade disso [...]⁹¹

Ou, também em outro momento:

[...] Nós, simplesmente, não vamos aceitar que seja negativismo, que seja calúnia ou que seja difamação as cotidianas críticas, as cotidianas negações que nós, como representantes do povo pôrto-alegrense, diariamente trazemos ao conhecimento desta Casa...⁹²

Portanto, a representação, através da menção dos vereadores da capital gaúcha ao fato de se encararem como representantes do povo, e de sua responsabilidade como tais, está presente nos discursos desses políticos. Isso não significa que suas decisões foram as ideais, até porque não se pode dizer que existem preferências ideais,⁹³ elas dependem de cada indivíduo, quando requeridas. Pode-se dizer que, desse ponto de vista, os políticos podem ser representantes do povo, mas não necessariamente estão atuando da maneira como seus

⁸⁹ CORTÉS, 2007, p. 257.

⁹⁰ CÁNEPA, 2005, p. 387.

⁹¹ Vereador João Lúcio Marques, *Anais da Câmara Municipal*, vol. III/1963, p. 33.

⁹² Vereador Afonso José de Revorêdo Ribeiro, *Anais da Câmara Municipal*, vol. IV/1963, p. 45.

⁹³ ROGOWSKI, 1981, p. 402.

representados atuarem, e sim, da melhor maneira que lhes aprouver, ao menos é isso que se espera deles.

2 NOS ANAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE

Este capítulo consistirá numa abordagem das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, da 4ª Legislatura, no ano de 1963, ano do Pré-Golpe Militar, analisando, sob um olhar político, quais as reações dos vereadores do Partido Trabalhista Brasileiro no decorrer daquele ano.

A Câmara de Vereadores de Porto Alegre era formada por 21 vereadores eleitos no pleito realizado em 1959, assumindo no ano de 1960, juntamente com o novo prefeito José Loureiro da Silva do Partido Democrata Cristão. Logo, podemos verificar que 1963 foi o último ano desta Legislatura, as eleições ocorreriam no final daquele ano, como de fato aconteceu.

O Partido Trabalhista Brasileiro contava com um total de oito parlamentares, eram eles: Ábio Hervé, Alberto André, José Aloísio Filho, Antônio Giudice, José César Mesquita, Lauro Pereira Rodrigues, João Lúcio Marques e Afonso José de Revorêdo Ribeiro. Cabe-nos, aqui, ressaltar alguns dados sobre os vereadores que acabarão modificando a composição desse grupo: Ábio Hervé deixa o PTB no decorrer dessa Legislatura, e no ano analisado ele já pertence ao Movimento Trabalhista Renovador;⁹⁴ Alberto André estava em licença de interesses particulares desde 29 de dezembro de 1962.⁹⁵ Em função da licença de Alberto André, assume o suplente Antônio Jorge Achutti;⁹⁶ outro suplente que acaba atuando no ano de 1963 é o vereador Valério Malinsky, provavelmente entrando no lugar de Lauro Rodrigues, o qual não aparece nas Atas da Câmara de Vereadores no ano pesquisado.⁹⁷

Outro dado interessante é o número de parlamentares efetivos, que a partir do mês de Maio, no Volume III dos Anais de 1963, aumenta de 21 para 22 vereadores. O número de suplentes, no Primeiro Volume, é de seis vereadores, no Volume II sobe para sete e, a partir do Volume III, cai de sete para seis novamente.⁹⁸

⁹⁴ Isso será analisado com mais detalhes no decorrer deste capítulo.

⁹⁵ *Anais da Câmara Municipal*, vol. I/1963, p. 09.

⁹⁶ *Anais da Câmara Municipal*, vol. I/1963, p. 10.

⁹⁷ Sobre o Vereador Lauro Pereira Rodrigues não encontramos nenhuma referência nos Anais da Câmara Municipal de 1963. Em contrapartida, o vereador suplente Valério Malinsky é presença constante nos discursos e debates trazidos pelos Anais. A partir daí, chegamos à constatação de que o segundo veio a substituir o primeiro em algum ano anterior ao analisado.

⁹⁸ Notamos que o nome que constava na relação de suplentes nos dois primeiros volumes dos Anais e que, a partir do volume III consta como efetivo, é o Vereador Jorge Campezzato do Partido Republicano. Há referência a ele como suplente que assume o lugar do Vereador Marino Rodrigues

No entanto, não acontece nenhuma modificação na relação dos Vereadores eleitos para a Legislatura 1960-1963, permanecendo esta com os mesmos 21 nomes relacionados (ver Anexos I, II e III).

2.1 DO INÍCIO DO ANO DE 1963... ATÉ O FIM

No ano de 1963 a tensão existente se tornou mais evidente. No mês de janeiro, ainda com a Comissão Representativa atuando, o vereador Aloísio Filho fala em nome da Bancada do PTB:

[...] Ao iniciar-se mais um ano, queremos renovar os votos que há poucos dias fizemos aos nossos Colegas e à Mesa, bem como renovar a ansiedade e a expectativa que dominam o espírito do povo brasileiro. Nós vemos, [...] as perspectivas negras que assoberbam este País. [...] Nós sentimos que o ano de 1963, muito embora as palavras de confiança das autoridades constituídas, será o ano que marcará definitivamente os novos rumos que deverá traçar na América Latina o povo brasileiro. Oxalá, repito, sejam encontradas maneiras menos violentas para fazer com que este povo consiga a sua independência social e econômica, na verdadeira acepção da palavra.⁹⁹

Dessa forma, podemos acompanhar de maneira bem concreta como os fatos históricos do ano seguinte, 1964, já se “pré-anunciavam” no início de 1963 e o medo que causavam no quadro político municipal, regional e nacional. Até mesmo um Vereador do Partido Democrata Cristão (partido do prefeito Loureiro da Silva),¹⁰⁰ Milton Pozolo de Oliveira, declara que “*este ano de 63 é praticamente uma prova de fogo para a população brasileira*”.¹⁰¹

Se nos remetermos ao ano de 1961, mais especificamente nos meses de agosto e setembro, verificaremos que alguns acontecimentos foram de extrema importância para compreender esse clima vivido em 63. No dia 25 do mês de agosto

dos Santos. (*Anais da Câmara Municipal*, vol. I/1963, p. 10.). Entretanto, na relação de parlamentares do Volume III, ambos são relacionados como efetivos do PR. Outro detalhe, é que o vereador Augusto Louzada da Cunha, também do Partido Republicano, não consta na lista de suplentes do Volume I, porém, já aparece no Volume II e segue até o final da 4ª Legislação como suplente.

⁹⁹ *Anais da Câmara Municipal*, vol. I/1963, p. 15.

¹⁰⁰ Falaremos mais sobre o prefeito Loureiro da Silva no subcapítulo 2.4.

¹⁰¹ *Anais da Câmara Municipal*, vol. I/1963, p. 58.

de 1961¹⁰² o então Presidente Jânio Quadros, renuncia à presidência da República atribuindo o ato a pressões de “forças terríveis” que se levantaram contra ele.¹⁰³ Isso causou grande movimentação nos quadros políticos brasileiros,¹⁰⁴ restava assim ao vice-Presidente João Goulart (que estava na China) assumir a presidência do país. Situação difícil, afinal, afirmava-se que os três ministros militares¹⁰⁵ de Jânio Quadros anunciavam que Jango “não poderia jamais chegar à presidência”.¹⁰⁶

É nesse contexto que inicia o movimento da Legalidade, organizado por Leonel Brizola e Fernando Almeida,¹⁰⁷ entre outros. O primeiro, na época, governador do Rio Grande do Sul, que queria garantir a posse de João Goulart sem que se negasse a Constituição. Na tarde do dia 25 de agosto se constitui o primeiro Comitê de Resistência Democrática, o qual funcionou até a posse de João Goulart. Foram instalados mais de 400 comitês semelhantes a este por todo o estado.¹⁰⁸

Apenas um destaque para a figura de Leonel Brizola, neste importante episódio, que será lembrado quase dois anos depois, como consta nos Anais da Câmara de Vereadores:

Se não fôsse a liderança de um Brizola, aqui no Brasil, que tem autoridade moral para esclarecer êste País, possivelmente teríamos mais cem anos de pouca vergonha no Brasil. Oxalá surgissem mais “Brizolas” que pudessem esclarecer os comodistas; esclarecer os omissos, aqueles que não têm pejo, e nós teríamos para breve tempo a verdadeira independência dêste País. [...] Aos poucos, através da palavra de esclarecimento de homens públicos como Brizola, êste povo vai se esclarecendo, e dia virá em que tudo isso irá mudar.¹⁰⁹

No dia 27 de agosto o general Orlando Geisel, por ordem do marechal Denys, comunica o general Machado Lopes, Comandante do III Exército, que, se necessário, para obter o silêncio do Rio Grande, o emprego da força e o bombardeio

¹⁰² LABAKI, 1986, p. 46.

¹⁰³ FELIZARDO, 2003, p. 21.

¹⁰⁴ Para maiores detalhes sobre as razões que levaram Jânio Quadros à renúncia, ver: LABAKI, Amir. **1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 38-52.

¹⁰⁵ A saber: Ministério do Exército – marechal Odílio Denys; Ministério da Aeronáutica – brigadeiro Gabriel Grum Moss; Ministério da Marinha – almirante Sílvio Heck. LABAKI, 1986, p. 31.

¹⁰⁶ RYFF, 1979, p. 7-9.

¹⁰⁷ LABAKI, 1986, p. 70.

¹⁰⁸ Idem, p. 71.

¹⁰⁹ Vereador João Lúcio Marques, *Anais da Câmara Municipal*, vol. I/1963, p. 44.

da aviação poderia ser utilizado.¹¹⁰ O governo gaúcho resistiu com o apoio do III Exército.

No dia 1º de setembro de 1961, João Goulart chega a Porto Alegre, via Uruguai, e no dia seguinte, o Congresso aprova a emenda parlamentarista.¹¹¹ Esse regime parlamentarista passa a vigorar no Brasil a partir de sua aprovação, dia 02 de setembro de 1961. Ficava previsto para abril de 1965¹¹² um Plebiscito¹¹³ para saber a opinião da população sobre o mantimento do sistema Parlamentarista ou o retorno ao regime Presidencialista.

O ano de 1962 foi marcado por grande mobilização da sociedade brasileira e pela radicalização política. De acordo com Maria Cánepa:

É nesse clima de intensa mobilização e mesmo de radicalização das posições políticas, com sucessivas crises decorrentes de quedas de gabinetes, num regime parlamentarista que, como todo casuísmo, deixava muito a desejar em termos de “racionalidade”, que se processam as eleições de 1962.¹¹⁴

Podemos, agora, compreender mais claramente o porquê da reivindicação, quase consensual, pela antecipação da data do Plebiscito sobre o sistema de governo. Enfim, as eleições aconteceram em outubro de 1962 e a nova data definida para o Plebiscito seria o dia 06 de janeiro de 1963.

O sistema presidencialista saiu vitorioso quando 9.457.448 de pessoas votaram “não” ao sistema Parlamentar, contra 2.073.582¹¹⁵ que o queriam manter:

On January 6, 1963, the Brazilian public voted five to one to scrap the parliamentary system and return to the presidential system. Goulart could now enter history as a full-fledged President in his own right.¹¹⁶

¹¹⁰ FELIZARDO, 2003, p. 36.

¹¹¹ Idem, p. 66.

¹¹² No artigo 25 do Cap. IV da Emenda Constitucional nº4, o Ato Adicional, que institui o Sistema Parlamentarista do Governo, declara que o plebiscito deverá ocorrer nove meses antes do término do período presidencial (31 de janeiro de 1966). In: LABAKI, 1986, p. 164.

¹¹³ CÁNEPA, 2005, p. 291.

¹¹⁴ Idem, p. 289.

¹¹⁵ LABAKI, 1986, p. 170.

¹¹⁶ SKIDMORE, 1967, p. 223. Tradução livre da autora: “Em 06 de janeiro de 1963, a população brasileira votou 5 contra 1 para acabar com o Sistema Parlamentar e voltar ao Sistema Presidencial. Goulart poderia, agora, entrar na história como um verdadeiro Presidente com seu próprio direito”.

Alpheu Maximiliano R. Barcellos (UDN) em debate com Valério Malinsky (PTB), no início do mês de julho alega, ironicamente, que,

O País gastou mais de um bilhão de cruzeiros com o plebiscito porque o Parlamentarismo não servia. E se instalou neste país então o Presidencialismo, com o Presidente eleito João Belchior Marques Goulart.¹¹⁷

Mais adiante, outro Vereador da UDN, Larry Pinto de Faria, explicita a posição de Carlos Lacerda, então governador do estado da Guanabara, numa discussão com o vereador petebista Revorêdo Ribeiro:

O SR. LARRY FARIA: [...] Acredito, neste momento, que sobre a questão do plebiscito, quem andou certo foi o governador Carlos Lacerda, que não votou porque achava aquilo tudo uma palhaçada...
O SR. REVORÊDO RIBEIRO: Mas seis milhões de brasileiros [sic] não acharam.¹¹⁸

Com a vitória presidencialista, no dia 23 de janeiro de 1963, foi revogado o Ato Adicional número 4 acabando definitivamente com o Parlamentarismo, emenda constitucional proposta pelo deputado Raul Pilla do PL-RS,¹¹⁹ no Brasil. Até essa data ainda estava em vigor o regime Parlamentar. É nesse sentido que em um dos debates na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, do dia 17 de janeiro, quando tratando do aumento do combustível e sobre a declaração do Primeiro Ministro,¹²⁰ lemos as seguintes colocações:

O SR. LINO AVALONE [PL]: V. Exa. Não podia ter sido mais feliz, quando tocou na defesa do presidencialismo. Ficou provado que é muito melhor o presidencialismo, porque o atual Presidente da República disse que, mudando para o presidencialismo, imediatamente resolveria os problemas, e estreou justamente com este aumento da gasolina... Verdade é que é insignificante: não chega nem 100%...
[...]

¹¹⁷ *Anais da Câmara Municipal*, vol. V/1963, p. 62.

¹¹⁸ *Anais da Câmara Municipal*, vol. V/1963, p. 64. Falaremos mais do governador Carlos Lacerda no próximo subcapítulo.

¹¹⁹ LABAKI, 1986, p. 102.

¹²⁰ Desejamos não aprofundar essa questão por esta nos desviar do nosso objetivo inicial. Mas apenas como nota de esclarecimento: um jornal, segundo os *Anais da Câmara*, Vol. I, p. 57, dizia que o Primeiro Ministro havia falado que um lucro de "100%" seria legal, outro trazia "até certo ponto". A União estabelecia até 30% de lucro.

O SR. ALOÍSIO FILHO [PTB]: Querer responsabilizar o sistema pelo custo da vida é ingenuidade. *Estamos ainda no regime parlamentar.* [...] ¹²¹ [Grifo nosso]

Ou ainda no dia 15 de janeiro, quando o Vereador Revorêdo Ribeiro (PTB) critica o Primeiro Ministro pelo exorbitante aumento no custo de vida, ele declara:

[o atual Primeiro Ministro que], diga-se de passagem, após a proclamação do plebiscito já não está mais em condições de governar o País nos termos do Ato Adicional. Mas voltamos a entrevista do Sr. Hermes Lima dada como Primeiro Ministro desta República. ¹²²

Esses depoimentos demonstram a crise financeira pela qual o país estava passando. ¹²³ Será nestas condições que o Presidente João Goulart assumirá de fato seu cargo na República brasileira. Além disso, podemos identificar a grande ansiedade da sociedade, representada aqui pelos vereadores, para que assumisse Goulart plenos poderes presidencialistas.

Mesmo após a legitimação de Jango, agora como chefe maior da nação, a intranquilidade estava presente constantemente no cotidiano político. Na segunda metade do mês de setembro, Revorêdo Ribeiro (PTB) traz algumas palavras de Leonel Brizola, Líder do PTB, proferidas no II Congresso do Partido Trabalhista Brasileiro:

E aqui está entre os sábios e oportunos pronunciamentos de S. Exa. um que nós destacamos, e é aquele em que afirma que “O golpe quer dizer antipovo e antinação. Significará uma regressão, não apenas para as conquistas democráticas do nosso povo, quanto também para o processo de desenvolvimento e emancipação de nosso País. Só uma democracia autêntica, onde os interesses do nosso povo prevaleçam sobre os interesses da minoria dominante e privilegiada; só uma democracia verdadeira e intransigentemente nacionalista, que realize um conjunto de transformações da estrutura interna, e que elimine a espoliação internacional do nosso País, conseguirá encaminhar e resolver a atual crise brasileira. ¹²⁴

¹²¹ *Anais da Câmara Municipal*, vol. I/1963, p. 57.

¹²² *Anais da Câmara Municipal*, vol. I/1963, p. 236.

¹²³ Para tentar barrar o aumento da inflação e equilibrar os cofres públicos. Jânio Quadros e sua equipe, através da instrução 204 da SUMOC, desvalorizaram o cruzeiro em 100%, afetando as importações. As classes médias e baixas sentiram os efeitos imediatos dessa política com o aumento do custo de vida, o qual não foi acompanhado pelo aumento proporcional dos salários. Ver: LABAKI, 1986, p. 33/34.

¹²⁴ *Anais da Câmara Municipal*, vol. VII/1963, p. 163.

Era a previsão do golpe no ano do Pré-Golpe. Os vereadores da capital gaúcha transmitem visivelmente como esse ano foi conflituoso, com inúmeros debates e receios.

Obviamente a “vida municipal” acontecia em meio a isso tudo, decisões eram tomadas na tentativa de melhorar a vida da população: redes de abastecimento de água, calçamentos, instalação de energia elétrica, melhorias no transporte público, etc, eram decisões cotidianas as quais não foram esquecidas, apenas não fazem parte do nosso foco neste trabalho.

2.2 O PRIMEIRO ANO DO GOVERNADOR ILDO MENEGHETTI PARA OS VEREADORES DO PTB DE PORTO ALEGRE

Após as eleições de 07 de outubro de 1962 certos comportamentos constantes no processo político gaúcho se clarificam mais uma vez. Continuou a alternância partidária¹²⁵ no governo gaúcho; uma certa hegemonia da lealdade ao partido sobre a atração de candidatos independentes ou de terceiros partidos; e, isso tudo refletiu num equilíbrio mais contínuo entre PTB e anti-PTB.¹²⁶ A disputa eleitoral se deu da seguinte maneira: Egydio Michaelsen pelo PTB, Fernando Ferrari¹²⁷ pelo MTR e Ildo Meneghetti pela ADP (Ação Democrática Popular).¹²⁸

É muito provável que a derrota petebista tenha se dado em função da divisão interna, a qual deu origem ao Movimento Trabalhista Renovador, e de ações realizadas pelo governo Brizola, como o fato de muitos de seus projetos terem levado muito tempo para serem finalizados, além das importantes reações contrárias

¹²⁵ TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel, 1991, p. 75.

¹²⁶ CORTÉS, 2007, p. 283.

¹²⁷ Fernando Ferrari morre no dia 25 de maio de 1963 em um acidente de avião. Ele já havia sido anunciado como candidato à Prefeitura de Porto Alegre pelo MTR. Dois dias depois de sua morte, ele é lembrado pelos ex-companheiros de partido, visto que até 1960 ele era peça participante e importante do PTB, nos *Anais da Câmara Municipal* (vol. III/1963, p. 217), além de ter sido um dos principais nomes da ala moça petebista, juntamente com Brizola. Para mais detalhes sobre sua participação na formação do PTB, ver: BODEA, 1992, p. 44; para maiores informações sobre a formação do MTR, ver: DELGADO, 1989, p. 61/62, 212-215.

¹²⁸ A Ação Democrática Popular era formada por cinco partidos: PSD, PL, UDN, PRP e PDC, ou seja, todos os partidos conservadores. Ver: CÂNEPA, 2005, p. 391.

à Reforma Agrária.¹²⁹ A política agrária adotada pelo governo Brizola após 1961 é defendida pelos vereadores do Partido Trabalhista Brasileiro em diversos momentos, nos quais a figura do ex-governador é exaltada. Numa das sessões do mês de maio, o vereador Valério Malinsky (PTB) defende o ex-governador no seguinte diálogo com o vereador Larry Faria da UDN:

O SR. LARRY FARIA: [...] O suposto grande idealizador da Reforma Agrária, Sr. Leonel Brizola, quando no Govêrno do Estado, afirmou, por mais de uma vez, que havia feito reformas agrárias e agora, como Deputado Federal êle afirma, por um programa de televisão, que não havia feito Reforma Agrária porque não seria possível...

O SR. VALÉRIO MALINSKY: É porque a resistência foi muito grande, mas êle fez experiências pioneiras...

O SR. LARRY FARIA: Mas com terras de udenistas e de pessedistas...

[...]

O SR. LARRY FARIA: Êle não tirou terras de gente do PTB...

O SR. VALÉRIO MALINSKY: V. Exa. está fazendo uma grande injustiça, pois tirou terras até dele. Êle não cedeu uma área no Bacupari? Desde 1960 que o Governador Leonel Brizola tem tentado comprar terras no Rio Grande do Sul, tentou e não conseguiu. [...] ¹³⁰

E mais adiante, Valério Malinsky (PTB) fala do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), criado em fevereiro de 1961 para estudar a questão da terra no estado,¹³¹ e que foi totalmente “renovado” pelo governo Meneghetti, restando apenas o motorista do governo anterior:¹³²

Naturalmente que não haveria tempo de se praticar a Reforma Agrária. Isto levaria alguns anos. Mas a máquina que êle [Leonel Brizola] montou aqui foi desmantelada por êste Govêrno que está aí. Foram demitidos os seus funcionários e, agora, estão resolvendo com uma comissão que ninguém viu e que ainda não se manifestou e nem demonstrou o resultado de suas atividades. Quer dizer, mataram o IGRA. ¹³³

É evidente como essa questão agrária é polêmica, principalmente, para o grupo de políticos analisados neste trabalho. No mesmo dia o vereador João Lúcio Marques (PTB) também defende Leonel Brizola e, explicitamente, juntamente com Revorêdo Ribeiro (PTB), relata qual o posicionamento do Partido Trabalhista

¹²⁹ CÂNEPA, 2005, p. 281.

¹³⁰ *Anais da Câmara Municipal*, vol. III/1963, p. 25.

¹³¹ CÂNEPA, 2005, p. 282.

¹³² *Idem*, p. 395.

¹³³ *Anais da Câmara Municipal*, vol. III/1963, p. 28.

Brasileiro sobre esse tema: “*O ponto pacífico em meu partido é a necessidade urgente e premente de se fazer, principalmente e em primeiro lugar, a Reforma Agrária.*”¹³⁴

Voltando um pouco para o conceito de representação política, é interessante citar uma colocação do então Presidente da Câmara de Vereadores, o petebista Lúcio Marques, sobre quais seriam as pessoas mais indicadas para identificar a necessidade de algo, a solução de um problema social:¹³⁵

É muito natural que sejam os homens públicos, os políticos com uma parcela de responsabilidade na representação popular, os primeiros a falar neste problema [Reforma Agrária]. [...] se os homens públicos não levantarem isso sôbre seus ombros quem vai fazer a população compreender a necessidade disso [...].¹³⁶

Após todos esses debates em torno do antigo governo estadual, destaco a partir de agora algumas das críticas que foram sendo feitas ao governo Meneghetti após o dia 31 de janeiro de 1963, data da sua posse no estado. Muitas delas estão relacionadas ao alto grau de violência adquirido, segundo os vereadores do Partido Trabalhista Brasileiro, pelo governo.

A primeira medida de Meneghetti foi tomada no dia de sua posse, quando suspendeu imediatamente os trabalhos da Imprensa Oficial do Estado. Era uma forma de politizar um órgão que era destinado à divulgação de atos oficiais e que, na realidade, não tinha relação com nenhum partido do Executivo Estadual.¹³⁷

No decorrer do primeiro mês de governo há relatos de agressões a jornalistas. O vereador Aloísio Filho demonstra sua preocupação quando diz que, completados apenas 21 dias do novo governo já era possível vislumbrar o que ele viria a ser, seria uma “volta ao passado negro”¹³⁸ do Rio Grande quando tudo era resolvido com “patas de cavalo”.¹³⁹ Na mesma sessão o vereador José César Mesquita (PTB) declara que o novo chefe de Polícia do estado já havia “infernizado”

¹³⁴ *Anais da Câmara Municipal*, vol. III/1963, p. 32.

¹³⁵ Seria o que Ronald Rogowski trabalha como uma representação ideal, na qual uma pessoa espera ser representada da melhor maneira possível pela outra.

¹³⁶ *Anais da Câmara Municipal*, vol. III/1963, p. 33.

¹³⁷ CÂNEPA, 2005, p. 393.

¹³⁸ *Anais da Câmara Municipal*, vol. I/1963, p. 140.

¹³⁹ *Idem*, *Ibidem*.

a vida de diversos funcionários, instalando lá um verdadeiro “regime de terror”,¹⁴⁰ como aconteceu, intransigentemente, no estado da Guanabara pelo governador Carlos Lacerda, contra o povo.¹⁴¹

No mês seguinte, mais propriamente no dia 27 de março, o vereador Revorêdo Ribeiro (PTB), falando em nome da Bancada do PTB sobre um caso acontecido no município de Nonoai, diz:

Nós estamos verdadeiramente estarecidos com estes poucos meses de Governo do Eng.^o Ildo Meneghetti; nunca se viu tanta perseguição de caráter meramente político, nunca se viu uma administração tão nefasta e nefanda ao Estado do Rio Grande do Sul, ao ponto de um Padre ser prêso por agentes de um poder diferente, qual seja o Poder Federal, dentro do nosso Estado e o Governo do Estado, presidido pelo Eng.^o Ildo Meneghetti, nada fêz para obstar essa interferência do Governo Federal na autonomia e na soberania do Estado do Rio Grande do Sul.¹⁴²

O caráter autoritário assumido por Ildo Meneghetti é, além de desmobilizador, extremamente repressor, quanto mais a radicalidade aumentava maior era a repressão. Qualquer manifestação era violentamente contida, sejam aquelas relacionadas à política agrária¹⁴³, manifestações de rua, greves, movimentos estudantis ou, até mesmo, como vimos, jornalistas. Uma série de “desculpas” era utilizada para amenizar as responsabilidades do estado e do governador, tais como: “o governador desconhecia os fatos, caso contrário não os permitiria”. Ou ainda, dizia-se que havia exagero nas denúncias da oposição.¹⁴⁴

Agravando o quadro da situação do estado está a economia. Os atrasos nos pagamentos dos servidores públicos continuavam acontecendo como durante o governo Brizola, além da desativação de serviços, etc. O vereador Revorêdo Ribeiro (PTB), revoltado com uma entrevista do coordenador do Gabinete de Administração e Planejamento (GAP), José Antônio Aranha – o “super-governador” de acordo com o próprio Revorêdo, declara:

¹⁴⁰ *Anais da Câmara Municipal*, vol. I/1963, p. 143.

¹⁴¹ *Anais da Câmara Municipal*, vol. I/1963, p. 144.

¹⁴² *Anais da Câmara Municipal*, vol. I/1963, p. 192.

¹⁴³ Um bom exemplo é relatado pelo vereador Antônio Giudice (PTB) sobre episódio ocorrido no município de Osório, quando o vereador petebista Protásio Marques da Rosa, Líder da Bancada do PTB em Osório, é preso (vereadores não tinham imunidade parlamentar) quando estava chegando ao acampamento para falar com os agricultores. *Anais da Câmara Municipal*, vol. VII/1963, p. 119; 128.

¹⁴⁴ CÂNEPA, 2005, p. 394-6.

O Sr. Ildo Meneghetti, em declaração a um jornal desta Capital, afirmou que o Estado está à beira da falência. Mas, ao lado disso, prometeu um auxílio de duzentos milhões de cruzeiros à Prefeitura de Rio Grande, concedeu à Prefeitura de Pôrto Alegre, em apólices, um auxílio que representa dinheiro, pois apólice é dinheiro, um auxílio de 300 milhões de cruzeiros. [...] O Sr. Diretor do G.A.P., José Antônio Aranha, foi à televisão e diz que a situação do Estado é a melhor possível. [...] São declarações de dois grandes nomes e altamente responsáveis pela administração do nosso Estado e que se chocam...¹⁴⁵

Podemos compreender através desses poucos relatos como foi possível ao governador Ildo Meneghetti concordar com o golpe que aconteceria em março do ano seguinte, embora, no princípio de 1964, ele tenha declarado que seguiria fiel às tradições do Rio Grande do Sul, reagindo contra qualquer atentado à Constituição, não importando quem o motivasse.¹⁴⁶ No entanto, o próprio governador já havia instalado um regime próprio e condizente com a repressão vista nos anos seguintes da Ditadura Militar.

2.3 PORTO ALEGRE: O ÚLTIMO ANO DE LOUREIRO DA SILVA E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Loureiro da Silva foi eleito prefeito de Porto Alegre em oito de novembro de 1959 pelo Partido Democrata Cristão. Sua carreira política é certamente interessante.¹⁴⁷ Na década de 1930 fora eleito prefeito de Gravataí e no início do Estado Novo é nomeado prefeito de Porto Alegre. Juntou-se ao Partido Republicano-Liberal de Flores da Cunha, um tempo depois liderou a Dissidência Liberal Pró-Vargas. Em 1945 ingressa no PSD e em 1946, convencido por Getúlio Vargas, passa a fazer parte do PTB como um “reestruturador” do partido.¹⁴⁸ Em 1959, Loureiro da Silva rompe com o PTB e se lança candidato pelo PDC com o

¹⁴⁵ *Anais da Câmara Municipal*, vol. IV/1963, p. 123.

¹⁴⁶ Governador Ildo Meneghetti em mensagem encaminhada ao Congresso Nacional, cf. *Anais da Assembleia Legislativa/RS*, v. 173, p. 27. In: CÂNEPA, 2005, p. 407.

¹⁴⁷ CORTÉS, 2007, p. 257-8.

¹⁴⁸ Para mais detalhes ver: BODEA, 1992, p. 29.

apoio do PL, que indica o vice-prefeito da chapa, o deputado estadual Manoel Braga Gastal.¹⁴⁹

A vitória de Loureiro sobre Wilson Vargas do PTB e Ary Delgado da coligação PSD, UDN e PSB não é tão tranquila, 49,29% contra, respectivamente, 40,45% e 3,59%.¹⁵⁰ É possível observar a perda de votos do PTB em função da candidatura de Loureiro da Silva. Na eleição de 1958, para governador, Leonel Brizola conquistou 65,5% dos votos numa aliança com dois partidos pequenos, PRP e PSP.¹⁵¹

Talvez a partir desses dados seja possível identificar certa “mágoa” ou, até mesmo, implicância dos vereadores petebistas da capital gaúcha em relação ao prefeito Loureiro. Enfim, o que podemos dizer com total certeza, após a análise dos Anais, é que o último ano do prefeito Loureiro foi repleto de reclamações e críticas, não apenas do Partido Trabalhista Brasileiro, mas também do Partido Social Democrático, do próprio Partido Libertador que o apoiou, e outros.

Como exemplo disso faço referência ao vereador Aloísio Filho (PTB):

[...] trazer de nossa tribuna, mais uma vez, as críticas ao Poder Executivo. É que, segunda-feira, estarrecidos, lemos uma entrevista que S. Exa., o Sr. Prefeito Municipal, concedeu ao vespertino “Folha da Tarde”, pela qual se constata com pesar que S. Exa. se queixa amargamente, da sua equipe de técnicos que tem em suas Secretarias. Diz o Prefeito que, em três anos e tanto de Govêrno, não conseguiu uma simples planta para a realização do sonhado viaduto da Praça do Portão. [...] Agora vem S. Exa. se queixar amargamente dos técnicos, dos engenheiros. E, diga-se de passagem, são homens de sua absoluta confiança, de funções gratificadas. Mais fácil teria sido para êle a exoneração dessas pessoas que, no entender de S. Exa., não vêm cumprindo o seu dever. [...] nós vamos aguardar que êsses técnicos que consumiram verbas polpudas do orçamento em projetos, venham explicar as razões da entrevista do Sr. Prefeito Municipal, [...] Nós vamos esperar, Sr. Presidente, porque já há quase quatro anos esperamos que essa administração procure, ao menos, no ocaso do seu mandato, ser franca e leal com os munícipes de Pôrto Alegre, dizer ao menos que fracassaram.¹⁵²

As colocações prosseguem nas páginas seguintes com posicionamentos do vereador Marques Fernandes, do PSD, e do vereador Say Marques, do Partido

¹⁴⁹ Para entender um pouco melhor como se deu esse rompimento consultar: CÁNEPA, 2005, p. 292-5.

¹⁵⁰ Fonte: TRE.

¹⁵¹ CÁNEPA, 2005, p. 294.

¹⁵² *Anais da Câmara Municipal*, vol. I/1963, p. 203.

Libertador, concordando com as críticas de Aloísio Filho.¹⁵³ Em distinto episódio, Revorêdo Ribeiro (PTB) denomina o temperamento do prefeito Loureiro como “temperamento de pseudo-caudilho”¹⁵⁴ e diz que muitas vezes ele foi levado pelo seu “temperamento exaltado” a tomar decisões não tão boas para a cidade.

Em outro momento o vereador petebista César Mesquita desabafa sobre o prefeito dizendo que ele está completamente indiferente. Segundo Mesquita, “até parece que [Loureiro da Silva] existe apenas para receber seu ordenado no final do mês”¹⁵⁵, e elogia o grupo de auxiliares que o prefeito diz não ter.

É em meio a essas críticas e impasses que as campanhas municipais começam a ganhar forma. Foram lançados três candidatos na disputa do pleito municipal: Sinval Guazzelli pela coligação UND, PL e PDC¹⁵⁶ (sem o apoio formal do PSD e do PRP)¹⁵⁷, Cândido Norberto pelo MTR e Sereno Chaise pelo PTB.

O vereador Revorêdo Ribeiro (PTB), ainda no mês de junho, já trata da sucessão municipal do dia 10 de novembro e diz que a Convenção do PTB ocorrerá no próximo mês.¹⁵⁸ Ele indica como possível candidato do partido o nome de José Mariano Beck, ex-líder da juventude¹⁵⁹ do PSDA;¹⁶⁰ Antônio Giudice, alguns dias mais tarde, também faz uma indicação do possível candidato petebista, Wilson Vargas,¹⁶¹ que na eleição passada já havia concorrido contra Loureiro da Silva, como mencionamos anteriormente.

Uma característica que fica evidente nos discursos proferidos na Câmara de Vereadores em 1963, é a confiança na vitória que os integrantes do Partido Trabalhista Brasileiro compartilhavam. Isso se deu, possivelmente, por causa dos vários problemas da administração municipal que estava chegando ao fim, além da questão da administração estadual, que contava com toda a repressão desencadeada pelo governo Ildo Meneghetti.¹⁶² Destaco algumas palavras do

¹⁵³ *Anais da Câmara Municipal*, vol. I/1963, p. 203-7.

¹⁵⁴ *Anais da Câmara Municipal*, vol. II/1963, p. 80.

¹⁵⁵ *Anais da Câmara Municipal*, vol. III/1963, p. 82.

¹⁵⁶ Aloísio Filho diz que o nome de Sinval Guazzelli foi indicado pela Ação Democrática Popular. *Anais da Câmara Municipal*, vol. VI/1963, p. 83.

¹⁵⁷ CÂNEPA, 2005, p. 404.

¹⁵⁸ *Anais da Câmara Municipal*, vol. IV/1963, p. 226.

¹⁵⁹ BODEA, 1992, p. 128.

¹⁶⁰ O PSD “Autônomo” pró-Getúlio, Ver: BODEA, 1992, p. 30.

¹⁶¹ *Anais da Câmara Municipal*, vol. V/1963, p. 117.

¹⁶² CÂNEPA, 2005, p. 404.

vereador Lúcio Marques, Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre e integrante do PTB:

[...] de 1º de janeiro em diante, eu quero crer, o Partido Trabalhista Brasileiro, novamente retomando as rédeas do govêrno municipal, irá executar êste plano, porque segue exatamente aquilo que o nosso mestre inesquecível nos ensinou, o Dr. Getúlio Vargas – a continuidade agora, amanhã ou depois do que, numa Administração, se inspirou e desejou e que deve ser feito em benefício daqueles que, efetivamente, precisam de govêrno.¹⁶³

Confessadamente a “doutrina” de Getúlio Vargas ainda era algo muito presente na ideologia do PTB. No mês de outubro a disputa e os debates na plenária se tornam mais frequentes. Em um deles, mais uma vez, é mencionada a “doutrina” varguista.

[...] na ocasião em que o Partido é espezinhado, e nos atiram lama, porém não nos atingem, permanecer em silêncio é covardia. Nós não somos dessa escola. Nós somos de escola diferente. Nós não aceitamos calados êstes ataques. [...] Nunca andamos de Herodes para Pilatos, de partido em partido, procurando legendas para nos eleger. Sempre, nas más e nas boas horas, nos mantivemos fiéis àquela causa sacrossanta que é o evangelho do PTB, a carta-testamento de Getúlio Vargas.¹⁶⁴

Voltando à questão da sucessão municipal, o vereador Aloísio Filho (PTB) demonstra extrema gentileza quando assume a plenária, já no mês de setembro, e em sua alocução cita os três candidatos oficiais ao cargo de Prefeito (Sinval Guazzelli, Cândido Norberto e Sereno Chaise). Elogia-os um a um, mas, obviamente, se detém no candidato de seu partido, Sereno Chaise, tecendo-lhe elogios e finaliza dessa maneira:

Não tenho dúvidas, Sr. Presidente, que o meu Partido, no pleito de 10 de novembro, vai restabelecer, no Município de Pôrto Alegre um govêrno que, sem dúvida nenhuma será a continuidade da obra gigantesca iniciada pelo seu Prefeito Leonel Brizola, que a população reconhece, cujo trabalho, nós deixaremos de enumerar por ser longo demais, mas que esta população terá oportunidade de reafirmar, através do voto de 10 de novembro a confiança que pode, que deve ter e depositar nos homens que representam a corrente partidária do P.T.B.

¹⁶³ *Anais da Câmara Municipal*, vol. V/1963, p. 47.

¹⁶⁴ Vereador João Lúcio Marques, *Anais da Câmara Municipal*, vol. VIII/1963, p. 134-5.

[...] entendo que Pôrto Alegre, como a capital de um grande Estado da Federação, é sem favor nenhum, a capital mais politizada dêste País. Acreditando e confiando nesta politização, é que confio na vitória absoluta do candidato do meu Partido.¹⁶⁵

Ou ainda:

Só Deus tirará a vitória do P.T.B. nesta campanha, porque nós estamos levando a nossa mensagem. [...] Nós estamos absolutamente tranquilos nesta campanha. Os nossos candidatos a Prefeito e a Vice-Prefeito, a 1º de janeiro, irão assumir a direção dêste Município, porque o povo está a reclamar a administração trabalhista [...]¹⁶⁶

A certeza da vitória demonstrada nos trechos acima ilustra um momento de extrema confiança dos políticos petebistas nos cidadãos porto-alegrenses. Era a esperança de retomada, pelo PTB, dos eleitores, divididos com a cisão do MTR, ou seja, possivelmente, o retorno do eleitorado ao antigo leito partidário.¹⁶⁷

O candidato do PTB, Sereno Chaise, foi um dos jovens ativistas que ingressaram no Partido, fazendo parte da ala moça juntamente com Leonel Brizola, Fernando Ferrari e Wilson Vargas.¹⁶⁸ Ele, apesar de jovem, já possuía vasta experiência política, visto que ingressara na carreira política no final da década de 1940. Já havia sido vereador e Presidente da Câmara, Secretário do Governo Municipal, na época em que Brizola era prefeito, e deputado estadual.¹⁶⁹

As eleições de 10 de novembro resultaram na confirmação da vitória do Partido Trabalhista Brasileiro. Sereno Chaise conquista a vitória com 44,62% dos votos, contra 24,84% de Cândido Norberto e 22,51% de Sinval Guazzelli. Esse resultado poderia ser uma “antecipação” do caminho do PTB no Rio Grande do Sul,¹⁷⁰ mas foi interrompido pelo Golpe Militar de 31 de março de 1964, provocando uma “quebra” no processo de evolução do trabalhismo de massas.¹⁷¹

¹⁶⁵ *Anais da Câmara Municipal*, vol. VI/1963, p. 83-4.

¹⁶⁶ *Anais da Câmara Municipal*, vol. VIII/1963, p. 133.

¹⁶⁷ CÂNEPA, 2005, p. 404.

¹⁶⁸ BODEA, 1992, p. 60.

¹⁶⁹ Vereador Aloísio Filho, *Anais da Câmara Municipal*, vol. VI/1963, p. 83-4.

¹⁷⁰ CÂNEPA, 2005, p. 373.

¹⁷¹ BODEA, 1992, p. 208.

No dia doze de novembro, temos o vereador César Mesquita (PTB) falando a respeito do resultado das eleições:

Nesta altura, já não temos dúvida nenhuma da vitória do Partido Trabalhista Brasileiro, nesta cidade. Aliás, Sr. Presidente, até certo ponto esta vitória nos surpreendeu, principalmente até nós mesmos trabalhistas, porque, embora tivéssemos certeza da vitória, não imaginávamos que fosse da ordem como estamos vendo.

Este resultado, Sr. Presidente, vem provar o descontentamento que há contra o Governo do Estado, que prometeu pagar os vencimentos dos funcionários e, principalmente aposentados do Estado [...]¹⁷²

Como é possível notar, um dos motivos mais fortes para vitória da oposição foi o descontentamento com o governo estadual. Apesar de, ainda segundo César Mesquita (PTB), o jornalista Glênio Peres ter comentado nos meios de comunicação que a derrota da ADP se deveu ao fato de o governo Federal ter enviado dinheiro para a campanha dos candidatos petebistas. Pode ser uma acusação sem fundamentos, de acordo com Mesquita, e que não influenciou nos resultados das eleições.

Finalmente, através de um discurso no final do mês de dezembro, temos a oportunidade de acompanhar o sentimento de frustração e expectativa dos vereadores do PTB, nas palavras do vereador Antônio Jorge Achutti:

[...] E nunca é tomada providência para o que solicitam grande número de Vereadores desta Casa. Alguns são privilegiados! Felizmente, já estamos no término desta Administração. Nós estamos ansiosos e aguardando com desusado interesse mesmo a vinda do novo Prefeito, o nosso candidato, Dr. Sereno Chaise, que irá assumir em 1º de janeiro. E, se Deus quiser, o Governo Municipal terá à sua testa um governo trabalhista, que atender [sic] as reivindicações populares através de seus representantes nesta Câmara Municipal.¹⁷³

Dessa forma, a Prefeitura e a Câmara de Vereadores preveem, ainda no mês de dezembro de 1963, as prováveis mudanças que irão ocorrer no cenário político municipal. Mudanças essas que não teriam longa duração, visto que o golpe dos militares ao governo Constitucional acontece logo no início de 1964 mudando os rumos da política, federal, estadual e municipal.

¹⁷² *Anais da Câmara Municipal*, vol. IX/1963, p. 21.

¹⁷³ *Anais da Câmara Municipal*, vol. X/1963, p. 189.

2.4 A VISITA DE CARLOS LACERDA A PORTO ALEGRE E A AGITAÇÃO PROVOCADADA

Durante a análise dos Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre no decorrer do ano de 1963, um assunto se tornou de relativa importância dada à frequência com que os vereadores petebistas o levavam à tribuna. A primeira ocorrência se dá no dia nove do mês de julho, quando o vereador Revorêdo Ribeiro (PTB), em um discurso, trata de um político bem conhecido da História brasileira, Carlos Werneck de Lacerda, governador do estado da Guanabara. Revorêdo Ribeiro (PTB) deixa claro que não está “atacando” a obra do governador da Guanabara, no entanto, ele diz:

[...] sempre o PTB estará alerta no combate ao político Carlos Lacerda, ao homem que, [...] é um *péssimo político*, Sr. Presidente, que é um *mero provocador de crises neste País*, que com o seu cérebro doentio e genial, mas lamentavelmente [sic] *no aspecto político voltado para o mal, para a prática do mal*, já pela sua própria formação, como jovem, no início de sua vida política já enveredou por um mau caminho, Sr. Presidente e até hoje repercute, até hoje tem a influência o início da carreira política de Carlos Lacerda. E quando nós criticamos a este Governador o criticamos politicamente, achando que a *sua intervenção em 1954 produziu graves prejuízos a este País, que a sua intervenção na vida política do homem a quem ele havia eleito, o Sr. Jânio Quadros, em 1961, também propiciou a miséria que hoje se reflete*, Sr. Presidente, em nosso País. Aí está a inflação, aí está a miséria...

[...]

...produto sem dúvida alguma daquela renúncia do Sr. Jânio Quadros, propiciada pelo Sr. Carlos Lacerda. Aí estão, Sr. Presidente, os efeitos da crise de 54, os efeitos que ainda hoje estão se refletindo na miséria do povo brasileiro.¹⁷⁴ [Grifo nosso]

Acredito que o excerto acima deixa totalmente claro o que esse personagem representa para o grupo político que compunha o Partido Trabalhista Brasileiro. A lembrança do episódio de 1954, o suicídio de Getúlio Vargas, como produto de intrigas e jogos políticos organizados por Carlos Lacerda,¹⁷⁵ ainda é uma ferida para o PTB. Ademais, a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961 após

¹⁷⁴ *Anais da Câmara Municipal*, vol. V/1963, p. 95.

¹⁷⁵ LABAKI, 1986, p. 38.

acusações,¹⁷⁶ também lideradas por Lacerda e toda a crise causada para que João Goulart assumisse o cargo de Presidente num regime parlamentarista, ainda se apresentavam muito recentes.

Segundo Labaki, Lacerda, líder udenista, liderou a crescente campanha de oposição ao governo de Quadros, “seu aliado de ontem”.¹⁷⁷ Sua oratória e capacidade de articulações em “jogos políticos” renderam-lhe o epíteto de “demolidor de Presidentes”,¹⁷⁸ conservado até os dias de hoje.

Retornemos rapidamente ao caso de agosto de 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros. De acordo com Amir Labaki, desde o dia 18 de agosto de 1961 o governador do estado da Guanabara se dedicou a contatar uma série de lideranças, tanto políticas quanto militares, informando e procurando confirmações do pretense golpe em andamento. No dia 19, o Presidente Jânio Quadros condecorou “Che” Guevara com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, isso aumentou ainda mais as tensões já existentes.¹⁷⁹

A escolha do dia 24 de agosto, dia do aniversário da morte de Getúlio, provavelmente não foi por acaso. Nesse dia, Lacerda foi aos canais de informação, expôs que quase renunciara ao governo da Guanabara e citou três motivos: a falta de apoio da Assembleia Legislativa, o abandono pelo governo federal e problemas pessoais. No entanto, segundo ele, não havia levado a renúncia adiante por ser um momento nacionalmente crítico e afirmava ter sido convidado a fazer parte de um golpe.¹⁸⁰ Isso foi mais que suficiente para a campanha contra Jânio Quadros atingir seu ápice,¹⁸¹ apesar de todos os envolvidos citados por Lacerda desmentirem tal ideia de golpe, e terminar com a renúncia do Presidente na manhã seguinte.

Após essa breve retomada dos acontecimentos de 1961, é possível dizer que Carlos Lacerda foi peça de extrema importância para a saída de Jânio Quadros do governo federal. Isso nos faz lembrar do que Lacerda havia publicado, ainda em 1950, no seu jornal *Tribuna da Imprensa*, sobre a candidatura de Getúlio Vargas à

¹⁷⁶ FELIZARDO, 2003, p. 21.

¹⁷⁷ LABAKI, 1986, p. 37.

¹⁷⁸ MOTTA, Marly. CPDOC: Viajando na História, Os anos JK O Brasil de JK: *A política como a arte de conciliar*: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/PoliticaArte>

¹⁷⁹ LABAKI, 1986, p. 41.

¹⁸⁰ Idem, p. 42.

¹⁸¹ LABAKI, 1986, p. 43,

presidência da República: “O sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à Presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar.”¹⁸² Lacerda era um articulador.

No final do mês de julho de 1963 o governador Carlos Lacerda vem em visita ao Rio Grande do Sul, segundo o vereador Revorêdo Ribeiro (PTB), para proferir uma conferência sobre Engenharia Industrial, mesmo sendo ele formado em Direito. Por ocasião dessa visita existem várias menções a ele nos Anais da Câmara do referido ano. Ainda de acordo com o vereador Revorêdo, Lacerda viria ao Rio Grande do Sul para lançar sua candidatura à Presidência da República, como vemos abaixo:

[...] nós temos informações seguras de que o Sr. Governador da Guanabara, vem a êste Estado com a pretensão de, daqui de Pôrto Alegre, daqui de Rio Grande do Sul, fazer o lançamento de sua candidatura à Presidência da República.

[...] Mas nossa Bancada, Sr. Presidente, deseja, antes da chegada do Governador do Estado da Guanabara, apresentar as boas-vindas ao Governador de um Estado do Brasil ao administrador, ao possível conferencista sôbre engenharia sanitária. Mas deseja, também, Sr. Presidente, apresentar a nossa *repulsa ao político Carlos Lacerda*.

[...]

Mas, esperamos que êste governador, e principalmente político Lacerda, receba do Rio Grande do Sul, e leve para o seu Estado, as lições de democracia e amor à liberdade, que são inspiradas no nosso Estado.

Esperamos que aqui compareça como Governador que resolve problemas do povo, e que não venha como um *coveiro da democracia*, atacar a democracia, atacar a liberdade e atacar, principalmente as autoridades legitimamente constituídas.¹⁸³ [Grifo nosso]

No decorrer do pronunciamento do vereador, queremos chamar a atenção para a maneira como ele se refere à figura de Carlos Lacerda em um específico momento: *coveiro da democracia*. Mediante as breves análises feitas em relação às articulações desse político ao longo dos anos, com relação a Getúlio Vargas e ao próprio Jânio Quadros, é inteiramente compreensível o que o vereador petebista quer dizer com *coveiro da democracia*: aquele que quer enterrá-la, ou ainda, aquele que contribui para a sua ruína ou queda.

¹⁸² FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Coleção Perfis Brasileiros, p. 166.

¹⁸³ *Anais da Câmara Municipal*, vol. V/1963, p. 197.

O vereador Aloísio Filho (PTB) também se pronuncia, no dia 22 de julho, contra a vinda de Carlos Lacerda ao estado do Rio Grande do Sul, e com muita revolta diz:

[...] resolveram trazer a êste solo essa figura que tem contra si, a par dos grandes males trazidos a esta Nação, um crime de morte, pois *ê/le assassinara o grande e saudoso Presidente Getúlio Vargas*, sem dúvida nenhuma, a maior figura que pode simbolizar o povo do Rio Grande do Sul, além de ser *useiro e vezeiro em agitações, derrubando governos*, fazendo demonstrações de fôrça de tôda a ordem.¹⁸⁴ [Grifo nosso]

Parece-nos que a vinda desse personagem da política nacional reaviva as antigas decepções, não apenas aos políticos petebistas, mas também parte da população gaúcha. As lembranças de uma UND extremista que, por mais de uma vez, não aceitou a perda de poder para Getúlio ou seus herdeiros,¹⁸⁵ está presente, desta vez, no solo gaúcho:

[...] apesar de irem já dez anos, ainda sabemos que o gaúcho é profundamente sentimental; nós trazemos no nosso coração e na nossa alma, uma mágoa, mágoa que não se apaga. Esta mágoa de ter sido o Sr. Lacerda o assassino, a mão que criou... [...] a mão que guiou o eminente, o inesquecível Líder Brasileiro, o Presidente Getúlio Vargas... [...]¹⁸⁶

Nos dias que se seguem, de acordo com os relatos dos Anais, a cidade vive dias de muita agitação. No dia 23, uma terça-feira, temos informações de que algumas pessoas foram espancadas pela guarda pessoal de Lacerda, vinda da Guanabara, durante o final de semana. Revorêdo Ribeiro (PTB) presta solidariedade através de uma das vítimas, o jornalista Assis Hoffmann, do jornal “Última Hora”.

Nós queremos, em nome da Bancada do PTB, apresentar às vítimas da arbitrariedade da violência do irracionalismo daqueles encarregados da Segurança do político e agitador Lacerda.

Queremos apresentar a estas vítimas, a nossa solidariedade, o nosso apoio e vamos fazer, na figura do jovem jornalista Assis Hoffmann, jovem fotógrafo do vespertino “Ultima Hora”, que inúmeras vêzes fêz a cobertura neste mesmo sagrado recinto, [...] nós queremos hipotecar a êste jovem que no cumprimento do seu dever, foi espancado, sofreu na sua própria carne, pelo simples fato de estar cumprindo com o seu dever, nesta figura

¹⁸⁴ *Anais da Câmara Municipal*, vol. V/1963, p. 201.

¹⁸⁵ FELIZARDO, 2003, p. 22.

¹⁸⁶ Vereador Revorêdo Ribeiro, *Anais da Câmara Municipal*, vol. V/1963, p. 208.

de jornalista, nós queremos transmitir também as [sic] outras vítimas, a nossa solidariedade e o nosso apoio.¹⁸⁷

O vereador Valério Malinsky (PTB) também descreve os acontecimentos que presenciou no dia 22, em comício promovido por várias organizações representativas populares (sindicatos e estudantes), a Petrobrás e o próprio Partido Trabalhista Brasileiro. Ele sai em defesa do direito do povo de se manifestar.¹⁸⁸

Entretanto, outra vez, vê-se a característica mais popular que o PTB possui naquela época, em constante contraste com os vereadores conservadores Say Marques, do Partido Libertador, e o udenista Larry Faria, além do pessedista Marques Fernandes. Malinsky (PTB) se coloca na defesa da população sem menosprezar a sua capacidade de discernimento diante das situações. Seleciono uma breve passagem que ilustra parte desse debate:

O SR. VALÉRIO MALINSKY: [ironizando] O que admiro é a capacidade de orientadores errados, ou mal orientados, a capacidade dêsses orientadores conseguir reunir uma massa compacta de povo, que encheu...

O SR. SAY MARQUES: Ludibriado!

O SR. VALÉRIO MALINSKY: ...todo o espaço do comício.

O SR. SAY MARQUES: Onde as mentiras mais torpes foram ditas, menosprezando a tribuna popular.

O SR. VALÉRIO MALINSKY: Como podem V. Exas. Menosprezar a tribuna do nosso povo, julgar e opinar que esta massa popular tenha vindo enganada a comparecer nesse comício?! Não façamos tão mau juízo do autêntico povo, da população pôrto-alegrense e gaúcha. Foi uma massa popular, não foi um grupo disto ou daquilo, foi uma massa importante. De modo que não façamos tão mau juízo do nosso povo.¹⁸⁹

Após essa manifestação, na qual os manifestantes foram insultados e agredidos por Lacerda e sua guarda privada, segundo os Anais, os funcionários e trabalhadores da Petrobrás, depois de uma Assembleia Geral, decidiram declarar greve, como sinal de protesto, enquanto o governador Carlos Lacerda

¹⁸⁷ *Anais da Câmara Municipal*, vol. V/1963, p. 208.

¹⁸⁸ Infelizmente, não temos como transcrever aqui todo o debate ocorrido em consequência dessa manifestação por ser muito extenso. Para mais detalhes, ver: *Anais da Câmara Municipal*, vol. V/1963, p. 220-2.

¹⁸⁹ *Anais da Câmara Municipal*, vol. V/1963, p. 220.

permanecesse na capital. A greve iniciou no dia 22, e após a ida do governador ao seu devido estado, em nova Assembleia decidiram a volta de todos ao trabalho.¹⁹⁰

Finalmente, Carlos Lacerda é novamente personagem das Atas da Câmara no início de outubro, em razão de uma nota publicada nos jornais. O vereador Revorêdo Ribeiro (PTB) traz o assunto à tribuna:

[...] a nota publicada nos jornais de hoje, que diz respeito aos Ministros Militares, que apontam o Sr. Carlos Lacerda como um dos homens que está tentando, por tôdas as formas e meios, trazer o caos completo ao nosso país. E ainda aí estão as acusações parece, contra o Sr. Governador do Estado de São Paulo, encampando os conceitos hoje manifestados pelo Sr. Carlos Lacerda. Aí estão os verdadeiros golpistas dêste país, aqueles que tentam subverter a liberdade e a democracia brasileiras, transformando êste País numa nova Cuba.

Fica aqui a nossa denúncia e o nosso veemente protesto contra a atitude do Sr. Carlos Lacerda, tentando trazer novas crises para êste País, principalmente ao anunciar que o Sr. Presidente da República deverá ser deposto até o fim do corrente ano.¹⁹¹

Assim sendo, nos é dada a oportunidade de entender um pouco do clima vivido neste final de 1963, o ano do Pré-Golpe. As ameaças e denúncias de golpes, tanto vindos da esquerda quanto da direita, eram algo constante, sabia-se que tudo se encaminhava para um só destino, a tomada de poder de modo inconstitucional.

¹⁹⁰ *Anais da Câmara Municipal*, vol. V/1963, p. 251.

¹⁹¹ *Anais da Câmara Municipal*, vol. VIII/1963, p. 18.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência do Partido Trabalhista Brasileiro desde 1947 como a maior força política do estado foi mantida até 1964, resultando na adoção de uma postura à direita em contraposição às tendências da esquerda trabalhista.¹⁹²

A proposta deste trabalho consistia em analisar o comportamento dos vereadores do PTB na Câmara de Vereadores de Porto Alegre no decorrer do ano de 1963, sendo esse o ano que retrata o Pré-Golpe, a partir da análise dos *Anais da Câmara*. Por compreendê-lo como fase democrática que era, com caráter representativo através do voto, e visto que o estudo se dava através do legislativo municipal da capital gaúcha, consideramos importante trabalhar o conceito de representação política.

Ao analisar os pronunciamentos dos vereadores petebistas da capital gaúcha, foi possível identificar certa preocupação em demonstrar que eles eram, de fato, representantes da população porto-alegrense. Não há como sabermos exatamente até que ponto essa auto-identificação como “representantes do povo” era consistente, muito menos até que ponto poderia ser apenas um “vício de discurso” empregado nas diferentes vezes que subiam ao Plenário. Aqui nos parece importante utilizar o conceito de representação de Hannah Pitkin, a concepção de atuação, esse “agindo por” estava muito incutido na mentalidade de nossos representantes políticos.¹⁹³

Além disso, serem representantes do povo não significa e não significava que suas decisões são as ideais, como sugere Ronald Rogowski, até porque não se

¹⁹² CÁNEPA, 2005, p. 70-1.

¹⁹³ Idem, p. 53.

pode dizer que existem preferências ideais,¹⁹⁴ elas dependem de cada sujeito. O bem-estar geral, segundo Edmund Burke, está sempre em primeiro lugar. Assim, o representar particularmente um eleitor deixa de existir caso isso implique numa oposição a esse bem-estar do todo.¹⁹⁵ Enfim, ao menos por meio das fontes utilizadas, durante o ano de 1963, foi-nos possível um contato mais direto com os políticos da capital gaúcha, os quais transmitem essa preocupação do bem-estar geral em diferentes momentos.

Os vereadores petebistas demonstraram, partindo das Atas da Câmara, um amplo grau de interação com os acontecimentos não somente municipais, mas também nacionais e estaduais. Poderíamos dizer que seu comportamento político parecia conectado com a vida política da sociedade como um todo. Determinados assuntos, como a questão agrária ou, ainda, o direito à greve, demonstram que a pauta trabalhista permanecia “intacta” e continuava a ser seguida. Esse perfil trabalhista se mantinha ativo nos vereadores e sempre que possível era lembrado da Bancada petebista com uma preocupação de mantê-los registrados nos Anais.

Chamo a atenção para a riqueza que existe no material analisado para a execução do presente trabalho. No decorrer da pesquisa encontramos diversos aspectos passíveis de análise, no entanto, não foram abordados aqui de forma a se evitar uma fuga do tema proposto. Porém, deixamos claro que as possibilidades de exame dos Anais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, durante o ano de 1963, continuam sendo inúmeras.

Por fim, cabe mencionar que, através dessas Atas de 1963, foi possível notar nos vereadores do PTB as lutas que estavam presentes quando da formação do Partido em 1945, a preocupação com os trabalhadores, como demonstra o programa do partido, e a defesa de parcelas da população. Assim como um grande apreço ao líder Getúlio Vargas, que anos após a sua morte, permanecia como o guia intocável do Partido Trabalhista Brasileiro.

Após tais colocações, concluímos evidenciando como o ano analisado começa e termina com uma perspectiva de golpe no ar. A certeza de que o ano de 1963 será decisivo para a história da América Latina bem como do povo brasileiro

¹⁹⁴ ROGOWSKI, 1981, p. 402.

¹⁹⁵ WEFFORT, 2006, p. 29.

está presente já no dia 02 de janeiro, em discurso do vereador Aloísio Filho (PTB). Da mesma forma, a previsão da revolução, evitada por João Goulart na Legalidade, citada em 04 de outubro pelo vereador César Mesquita (PTB), falando sobre o possível “rio de sangue” para um futuro não tão distante, possibilita-nos a visualização da tensão vivida pelos vereadores e pela sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Regis de Castro. Pacto Democrático, negociação e autoridade. **Revista Lua Nova**, 4 (2).abri./jun. 1988.

BARDACH, Eugene. **On Representing the Public Interest**. In: Ethics, vol. 91, April 1981. p. 486-490.

BENEVIDES, Maria V. de Mesquita. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1992.

BURKE, Edmund. **Speeches and letters on American Affairs**. London: J.M. Dent & Sons, 1908.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e representação política: articulação dos níveis estadual e nacional no RS (1945-1965)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CARDOSO, Fernando H. e LAMOUNIER, Bolivar (org.) **Partidos políticos e eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CORTÉS, Carlos E. **Política Gaúcha (1930-1964)**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DUTRA, Milton. **O trabalhismo de Pasqualini**. Porto Alegre: Intermedio, 1986.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Coleção Perfis Brasileiros.

FELIZARDO, Joaquim J. **A legalidade: último levante gaúcho**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FISHKIN, James S. **Introduction to the Symposium**. *Ethics*, vol. 91, April 1981. p. 353-356.

FLEISCHER, DAVID (Org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: Ed. da UnB, 1981. 2 v.

FRIEDRICH, Carl. J. **Constitutional Government and Democracy. Theory and Practice in Europe and America**. 4 ed. Harvard University: Waltham, Massachusetts, 1968

GERTZ, René Ernani. O Rio Grande do Sul de 1937 a 1964: historiografia. In GRIJÓ, Luiz Alberto (Org) et al. **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalho**. Vértice-IUPERJ, 1988.

PITKIN, Hanna. **The Concept of Representation**. Berkeley and Los Angeles: University of California, 1972.

JACKISCH, Carlota. **Los Sistemas Electorales, sus características y consecuencias políticas: el caso argentino**. Buenos Aires: Konrad Adenauer Stiftung A. C., 1993.

KINZO, Maria D'Alva Gil. Desenvolvimentos recentes do sistema partidário brasileiro. In: **A Projeção do Brasil face ao século XXI: anais do IV Simpósio Braisl-Alemanha**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1998. p. 91-99.

KINZO, Maria D'Alva. Democracia, comportamento eleitoral e representação política na América Latina. In: PINTO, Céli Regina; GUERRERO, Hugo. **América Latina: o desafio da democracia nos anos 90**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Associação de Universidades Grupo Montevideo, 1996. p. 149-153

KUSCHNIR, Karina. **Eleições e representação na Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: URFJ, Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

LABAKI, Amir. **1961 : a crise da renúncia e a solução parlamentarista**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.

LAMOUNIER, Bolivar; MENEGUELLO, Rachel. **Partidos políticos e consolidação democrática, o caso brasileiro**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.

LEAL, Carine de Souza. **Quem faz política no município? Perfil social e político dos vereadores do Rio Grande do Sul (2004-2008)**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS: Porto Alegre, 2010.

MOTTA, Marly. CPDOC: Viajando na História, Os anos JK O Brasil de JK: *A política como a arte de conciliar*.
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/PoliticaArte>

NOHLEM, Dieter. **Sistemas Electorales y Partidos Políticos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio (org). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PITKIN, Hanna. **The Concept of Representation**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1972.

ROGOWSKI, Ronald. **Representation in Political Theory and in Law**. In: Ethics, vol. 91, April 1981. p. 395-430.

ROUSSEAU, Jean. Jacques. **O Contrato Social**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

RYFF, Raul. **O fazendeiro Jango no governo**. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

SERRA, José. **Reforma política no Brasil: Parlamentarismo x Presidencialismo**. São Paulo: Editora Siciliano, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **Politics in Brazil, 1930-1964: an experiment in democracy**. New York: Oxford University Press, 1967.

TRINDADE, Hégio (Org.). **Reforma eleitoral e representação política: Brasil anos 90**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. **Rio Grande da América do Sul, partidos e eleições (1823-1990)**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**. v. 2. São Paulo: Ática, 2006.

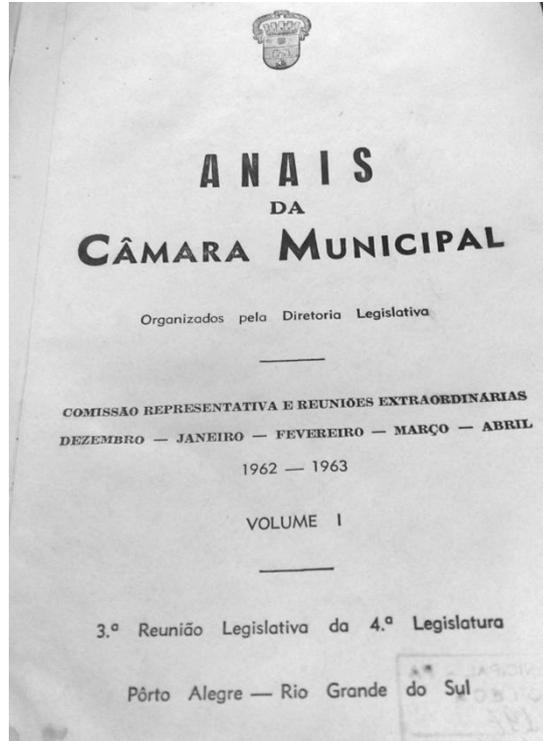
UTLEY, Thomas Edwin. **Edmund Burke**. London: The British Council and National Book League; Longmans, Green e Co, 1957.

VANNUCHI, Paulo. **O plebiscito de 1993: monarquia ou república? parlamentarismo ou presidencialismo?** Rio de Janeiro: ISER, 1993.

VIANNA, Luiz Werneck. ***Liberalismo e Sindicato no Brasil***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

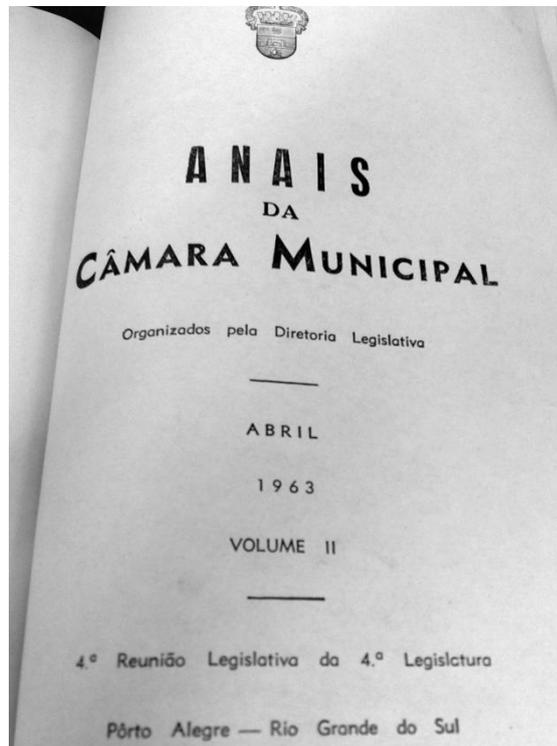
ANEXOS

Anexo I



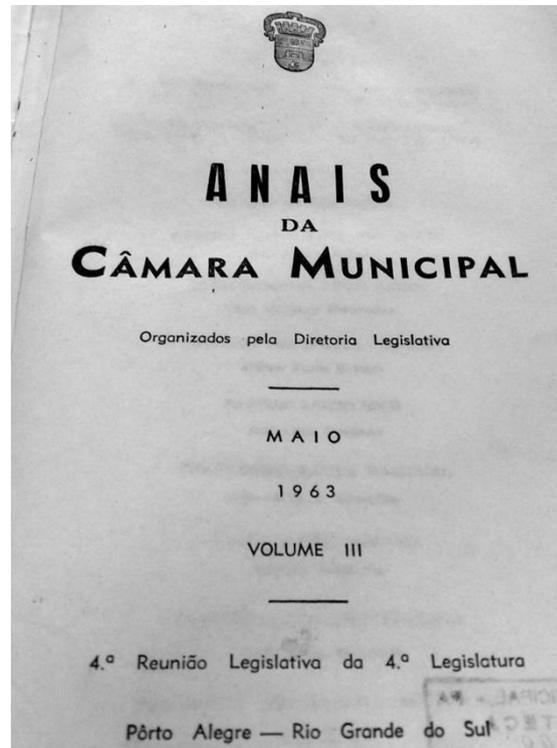
RELAÇÃO DOS VEREADORES ELEITOS PARA A LEGISLATURA 1960-1963	NOMES PARLAMENTARES DOS VEREADORES
BANCADA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO:	EFETIVOS:
Ablo Hervé Afonso José de Revoredo Ribeiro Alberto André Antônio Giudice João Lúcio Marques José Aloísio Filho José Cesar Mesquita Lauro Pereira Rodrigues	Ablo Hervé Alberto André Alberto Schroeter Aloísio Filho Alpheu Barcellos Antônio Giudice César Mesquita Geraldo Stédile
BANCADA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO:	Jaivo Cruz Júlio Luz
Célio Marques Fernandes Germano Petersen Filho Otávio Badui Germano	Larry Faria Lauro Rodrigues
BANCADA DO PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO:	Lino Avalone Lúcio Marques
José Sperb Sanseverino Leônidas Rangel Xausa Milton Faria Krause	Marino Santos Marques Fernandes
BANCADA DO PARTIDO LIBERTADOR:	Milton Krause Petersen Filho
Manoel Osório da Rosa Say Marques	Pozolo de Oliveira Revoredo Ribeiro
BANCADA DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL — PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO:	Say Marques
Alpheu Maximiliano R. Barcellos Larry Pinto de Faria	SUPLENTE:
BANCADA DO PARTIDO REPUBLICANO:	Agenor Cambolim
Alberto Schroeter Marino Rodrigues dos Santos	Ari Sanhudo
BANCADA DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA:	Jorge Achutti
Geraldo Daniel Stédile	Jorge Campezzatto
	Pedro Ripoll
	Valério Mallnsky

Anexo II



RELACÃO DOS VEREADORES ELEITOS PARA A LEGISLATURA 1960-1963		NOMES PARLAMENTARES DOS VEREADORES	
BANCADA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO:		EFETIVOS:	
	Ablo Hervé		Ablo Hervé
	Afonso José de Revoredo Ribeiro		Alberto André
	Alberto André		Alberto Schroeter
	Antônio Giudice		Aloísio Filho
	João Lúcio Marques		Alpheu Barcellos
	José Aloísio Filho		Antônio Giudice
	José Cesar Mesquita		César Mesquita
	Lauro Pereira Rodrigues		Geraldo Stédile
			Jairo Cruz
			Júlio Luz
			Larry Faria
BANCADA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO:			Lauro Rodrigues
	Célio Marques Fernandes		Lino Avalone
	Germano Petersen Filho		Lúcio Marques
	Otávio Badul Germano		Marino Santos
BANCADA DO PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO:			Marques Fernandes
	José Sperb Sanseverino		Milton Krause
	Leônidas Rangel Xausa		Peteisen Filho
	Milton Faria Krause		Pozolo de Oliveira
BANCADA DO PARTIDO LIBERTADOR:			Revoredo Ribeiro
	Manoel Osório da Rosa		Say Marques
	Say Marques		
BANCADA DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL — PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO:		SUPLENTES:	
	Alpheu Maximiliano R. Barcellos		Agenor Cambolm
	Larry Pinto de Faria		Augusto Louzada da Cunha
BANCADA DO PARTIDO REPUBLICANO:			Ari Sanhudo
	Alberto Schroeter		Jorge Achutti
	Marino Rodrigues dos Santos		Jorge Campezzatto
BANCADA DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA:			Pedro Ripoll
	Geraldo Daniel Stédile		Valério Malinsky

Anexo III



RELACÃO DOS VEREADORES ELEITOS PARA A LEGISLATURA 1960-1963		NOMES PARLAMENTARES DOS VEREADORES	
BANCADA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO: ✓		ELETIVOS:	
	Ablo Hervé		Ablo Hervé
	Afonso José de Revoredo Ribeiro		Alberto André
	Alberto André		Alberto Schroeter
	Antônio Giudice		Alóísio Filho
	João Lúcio Marques		Alpheu Barcellos
	José Aloísio Filho		Antônio Giudice
	José Cesar Mesquita		César Mesquita
	Lauro Pereira Rodrigues		Geraldo Stédile
BANCADA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO: ✓			Jairo Cruz
	Célio Marques Fernandes		Jorge Campezzato
	Germano Petersen Filho		Júlio Luz
	Otávio Badui Germano		Larry Faria
BANCADA DO PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO: ✓			Lauro Rodrigues
	José Sperm Sanserverino		Lino Avalone
	Leônidas Rangel Xausa		Lúcio Marques
	Milton Faria Krause		Marino Santos
BANCADA DO PARTIDO LIBERTADOR:			Marques Fernandes
	Manoel Osório da Rosa		Milton Krause
	Say Marques		Petersen Filho
BANCADA DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL — PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO: ✓			Pozolo de Oliveira
	Alpheu Maximiliano R. Barcellos		Revoredo Ribeiro
	Larry Pinto de Faria		Say Marques
BANCADA DO PARTIDO REPUBLICANO:		SUPLENTE:	
	Alberto Schroeter		Agenor Cambom
	Marino Rodrigues dos Santos		Augusto Louzada da Cunha
BANCADA DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA:			Ari Sanhudo
	Geraldo Daniel Stédile		Jorge Achutti
			Pedro Ripoll
			Valério Malinsky

Anexo IV

MOMENTOS CURIOSOS REGISTRADOS NOS ANAIS DA CÂMARA

Durante as leituras das atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, no ano de 1963, foram encontradas, nos dez volumes analisados, algumas frases com comentários sarcásticos, piadas, ironias e, até mesmo, determinadas discussões sem razão de ser.

Expomos alguns desses episódios nesta ocasião, obviamente não tomamos nota de todos eles, mas acreditamos que partindo desses aqui expostos, será fácil perceber como é possível que existam muitos outros.

Começamos por uma ironia no diálogo entre Larry Faria (UDN), Aloísio Filho (PTB) e Alpheu Barcellos (UDN) sobre um evento onde esteve presente o ex-governador e deputado Leonel Brizola (PTB):

O SR. ALOÍSIO FILHO: Eu estava lá, assisti ao debate.
 O SR. LARRY FARIA: Bateu palmas também?

O SR. ALOÍSIO FILHO: Não. *Não bati palmas porque sou educado.*
 O SR. ALPHEU BARCELLOS: Os apartes não serviam para o Dep. Leonel Brizola, por isso não concedeu apartes ao jornalista Souto *Maior*.
 O SR. ALOÍSIO FILHO: Não. É Souto *Menor*, porque daquele tamanho só podia ser Souto *Menor*.¹⁹⁶ [Grifo nosso]

Acima temos dois exemplos, ambos do vereador Aloísio Filho (PTB), o primeiro: “*Não bati palmas porque sou educado.*”, quando responde com certa indelicadeza a pergunta irônica do vereador Larry Faria (UDN). O segundo exemplo, é em relação ao nome do jornalista Souto Maior, que de acordo com o vereador, seria Souto *Menor*, por causa de seu tamanho, uma piada um tanto maldosa, digamos, mas que retrata a pouca admiração do vereador para com o jornalista citado.

As escolhas dos candidatos ao cargo de prefeito de Porto Alegre também renderam bons momentos. O Partido Trabalhista Brasileiro tinha em sua disputa

¹⁹⁶ *Anais da Câmara Municipal*, vol. V/1963, p. 63.

interna três nomes: José Mariano Beck,¹⁹⁷ ex-líder da juventude¹⁹⁸ do PSDA;¹⁹⁹ Wilson Vargas da Silveira,²⁰⁰ que na eleição passada já havia concorrido contra Loureiro da Silva; e Sereno Chaise, um dos jovens ativistas que ingressaram no PTB, fazendo parte da ala moça juntamente com Leonel Brizola, Fernando Ferrari e o próprio Wilson Vargas.²⁰¹

Diante disso, o vereador Antônio Giudice (PTB) estava promovendo seu candidato (Wilson Vargas) em uma das sessões de julho quando é interrompido por Larry Faria (UDN):

O SR. LARRY FARIA: Então V. Exa. não quer um Administrador “sereno” para Pôrto Alegre... (Risos).

O SR. ANTÔNIO GIUDICE: Eu desejo um administrador “sereno” para Pôrto Alegre, mas tenho o direito de analisar, “serenamente” todos os nomes de homens que procuram concorrer ao cargo de Prefeito Municipal de Pôrto Alegre, mas nomes de homens sensatos, “serenos”. Porque, quem sabe, os que não usam o nome de “Sereno”, muitas vezes são mais serenos. [...] acho que o de Wilson Vargas é o mais indicado, porque êle, inclusive, já desfêz aquela lenda de que era um pistoleiro. [...] ²⁰²

Os trocadilhos causados pelos nomes dos candidatos aconteceram em algumas ocasiões, como no excerto citado acima, e causavam um momento de descontração na tribuna, claramente visível pela inscrição “Risos”.

Após a escolha dos candidatos oficiais para concorrerem à prefeitura da capital gaúcha: Sinval Guazzelli pela coligação UND, PL e PDC,²⁰³ Cândido Norberto pelo MTR e Sereno Chaise pelo PTB, destaco outro episódio semelhante ao transcrito anteriormente:

O SR. SAY MARQUES [PL]: [sobre a Casa Popular] Essa habitação não pôde ser alcançada ainda. E agora, 4 anos depois, nos 4 meses restantes da atual Administração, se propõe a fazer um investimento de 50 milhões. Tenho para mim, Sr. Presidente, que não vai ser feito nada, que não há tempo para se fazer isto...

¹⁹⁷ *Anais da Câmara Municipal*, vol. IV/1963, p. 226.

¹⁹⁸ BODEA, 1992, p. 128.

¹⁹⁹ Partido Social Democrático “Autônomo” pró-Getúlio, Ver: BODEA, 1992, p. 30.

²⁰⁰ *Anais da Câmara Municipal*, vol. V/1963, p. 117.

²⁰¹ BODEA, 1992, p. 60.

²⁰² *Anais da Câmara Municipal*, vol. V/1963, p. 118.

²⁰³ Aloísio Filho diz que o nome de Sinval Guazzelli foi indicado pela Ação Democrática Popular. *Anais da Câmara Municipal*, vol. VI/1963, p. 83.

O SR. MILTON KRAUSE [PDC]²⁰⁴: A Administração não para, e o outro Prefeito poderá continuar o plano...
 O SR. CÉSAR MESQUITA [PTB]: Serenamente será feito, nobre Vereador... (Risos).
 O SR. ÁBIO HERVÉ [MTR]: Será tão devagar, que não sairá... (Risos).
 O SR. ARY SANHUDO [PSP]: Como êle é “cândido”... (Risos).²⁰⁵

Neste trecho a utilização dos nomes de dois dos três candidatos (Cândido Norberto – MTR e Sereno Chaise – PTB) causa, mais uma vez, um intervalo de descontração entre os vereadores. Nitidamente cada vereador, não importando o partido a que pertencia, compartilha do momento.

Bom, existiram situações que foram inusitadas, mas que, provavelmente, não aconteceram propositadamente, no entanto elas despertaram um certo tom cômico para quem as estava lendo, simplesmente pela maneira de como elas foram colocadas. É difícil dizer, exatamente, de que modo cada palavra estava sendo pronunciada, mas a transcrição faz com que elaborem, por nós mesmos, uma determinada feição para cada fala.

Quando voltamos até o Volume III, referente ao mês de Maio, vemos uma grande quantidade de debates sobre a questão da Reforma Agrária. Numa dessas discussões o vereador Valério Malinsky (PTB) faz uma comparação que promove risos dos vereadores presentes, ele diz: “*uma Reforma Agrária sem terra é um casamento sem noiva*”.²⁰⁶ Uma comparação interessante e certamente criativa.

Continuando no mesmo assunto, Reforma Agrária, estava sendo votado um Requerimento entre os vereadores em meados de Maio. Esse assunto causou e sempre causa muita discussão, o que nos chamou a atenção foi uma declaração do vereador Aloísio Filho (PTB):

A nossa intenção, e aqui cabe uma explicação ao Vereador Say Marques [PL], que disse que foi apanhado de inopino para um assunto desta envergadura, mas eu tive o cuidado de dar a cada um dos Srs. Vereadores a proposição para ler. E o *Vereador Say Marques já ia assinar* quando lhe

²⁰⁴ No dia 16 de agosto de 1963 o vereador Milton Faria Krause deixa o Partido Democrata Cristão, onde era líder de Bancada e representante do governo, e passa ao Movimento Trabalhista Renovador, *Anais da Câmara Municipal*, vol. VI/1963.

²⁰⁵ *Anais da Câmara Municipal*, vol. VI/1963, p. 109.

²⁰⁶ *Anais da Câmara Municipal*, vol. III/1963, p. 28.

mostrei a parte final. Eu fui leal. Eu sei do ponto de vista de determinados partidos. Não quero, muito menos a um amigo a quem respeito e estimo fraternalmente, não quero envolvê-lo. Este requerimento não envolve ninguém.²⁰⁷ [Grifo nosso]

De acordo com o vereador Aloísio Filho do Partido Trabalhista Brasileiro, um dos vereadores do Partido Libertador estava prestes a assinar o Requerimento sem o ter lido previamente, visto que seu Partido não possui a mesma opinião do PTB, o vereador petebista achou por certo chamar-lhe a atenção para o que estava assinando efetivamente. O que ele estava evitando era, provavelmente, um futuro desentendimento que seria ocasionado por simples falta de atenção.

Poderíamos entrar no ponto de quais são os compromissos dos vereadores, após o exemplo citado acima, ou ainda utilizando outro, como a sessão do dia oito de novembro que não foi realizada por falta de quórum.²⁰⁸ Entretanto fugiríamos muito do que visualizamos primeiramente com esse anexo.

A utilização dos termos esquerda e direita já se tornou tão comum na política que não necessita explicações, todos nós sabemos que o PTB é um Partido de esquerda, assim como sabemos que a UDN é um partido de direita. Pois bem, o vereador pessedista Marques Fernandes inicia seu pronunciamento:

O SR. MARQUES FERNANDES: [...] quando o General Bevilacqua dizia “Brizola é o Pelé da Legalidade”. Quantas vês vimos elogios nesta Casa ali na ala direita...

O SR. VALÉRIO MALINSKY < [sic] Esquerda.

O SR. MARQUES FERNANDES: Aquela ala direita, onde estão os Vereadores da Esquerda, como quer o Vereador Valério Malinsky...

O SR. MILTON KRAUSE [MTR]: Ala esquerda, do Plenário.²⁰⁹

Vemos como todos os esclarecimentos são necessários e nem um pouco dispensáveis quando tratamos de posições políticas. A observação dos vereadores sobre, exatamente, a ala e a posição física do Plenário é uma maneira de outra vez afirmar suas convicções dentro do cenário político.

²⁰⁷ *Anais da Câmara Municipal*, vol. III/1963, p. 155.

²⁰⁸ Estavam presentes apenas três vereadores, todos do PTB: Antônio Giudice, José César Mesquita e João Lúcio Marques. *Anais da Câmara Municipal*, vol. IX/1963, p. 19.

²⁰⁹ *Anais da Câmara Municipal*, vol. VII/1963, p. 130.

Encaminhando-nos ao fim deste anexo, lembramos uma passagem que utilizaremos para nós mesmos. A situação ocorre entre dois vereadores não petebistas, Marques Fernandes (PSD) e Lino Avalone (PL), mas por ser uma situação inusitada resolvemos destacá-la. O vereador Marques Fernandes (PSD) inicia o seu pronunciamento e, a todo instante, é interrompido pelo vereador Lino Avalone (PL) com pequenas complementações:

O SR. MARQUES FERNANDES: [...] e um digno e honrado Vereador veio a Plenário agradecer como se fosse providência tomada por êle...

O SR. LINO AVALONE: Quem foi?

O SR. MARQUES FERNANDES: O Vereador Júlio Luz. [...] Mas dizer que é coisa sua quando não é, isto é até um acinte a esta Casa...

O SR. LINO AVALONE: Em primeiro lugar, nobre Vereador, ignorava que V. Exa. tinha tratado dêsse assunto. Em segundo lugar, por que a Secretaria Municipal de Obras e Viação atendeu agora, tendo sido feito há dois anos e meio atrás?

O SR. MARQUES FERNANDES: Eu aconselharia a V. Exa. a ser mais assíduo e a prestar mais atenção. Se estivesse presente e prestasse atenção...

O SR. LINO AVALONE: Eu não falho nenhuma vez.

O SR. MARQUES FERNANDES: V. Exa. devia melhorar os ouvidos. Eu faço essa referência em defesa de outros colegas para que não aconteça o mesmo que aconteceu comigo. Vejo que o Serviço de Segurança está ao meu lado... É tanta água que mais um pouco de água a Segurança não evitaria...

O SR. LINO AVALONE: Dá licença, nobre Vereador? Êste trabalho é uma prova de que estão bem organizados e tem um chefe à altura...

O SR. MARQUES FERNANDES: Sr. Presidente, se V. Exa. *fizesse com que o nobre Vereador Lino Avalone ficasse calado, eu muito agradeceria...*

(Risos).

O SR. LINO AVALONE: Eu ficarei calado...²¹⁰ [Grifo nosso]

Uma situação espirituosa, todavia, ao que nos parece, deixou o vereador Marques Fernandes (PSD) um tanto embravecido, afinal, o vereador Avalone (PL) não solicitava autorização para seus apartes e o interrompia incessantemente, não permitindo ao orador concluir sua linha de raciocínio.

Finalmente, utilizaremos um diálogo entre os vereadores Ábio Hervé, que até julho de 1962 fazia parte do Partido Trabalhista Brasileiro e depois passou a integrar o Movimento Trabalhista Renovador,²¹¹ e o vereador Ary Sanhudo do Partido Social Progressista, que demonstram o clima imperante no decorrer do ano de 1963:

²¹⁰ *Anais da Câmara Municipal*, vol. VIII/1963, p. 136.

²¹¹ *Anais da Câmara Municipal*, vol. III/1963, p. 121.

O SR. ÁBIO HERVÉ: [...] Mais vale – e isso é lugar comum – *uma câmara má do que uma boa ditadura*.

O SR. ARY SANHUDO: Deus nos livre de uma boa ditadura!²¹² [Grifo nosso]

Todas essas colocações apenas corroboram para a compreensão de que o ano de 1963 retrata, do início ao fim, o golpe que irá ocorrer em março 1964. Até mesmo em momentos mais descontraídos essa atmosfera de apreensão é perceptível, como no trecho acima transcrito.

²¹² *Anais da Câmara Municipal*, vol. II/1963, p. 28.